



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

GRAZIELY RODRIGUES DE SOUSA

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TDAH

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Graziely Rodrigues de Sousa

O processo de ensino-aprendizagem de alunos com TDAH

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de bacharel/licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): Dr. Juliana Chicota Ipolito

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725p Sousa, Graziely Rodrigues de.
 O processo de ensino-aprendizagem de alunos com TDAH. / Graziely Rodrigues de Sousa. – Miracema, TO, 2023.
 54 f.
 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitario de Miracema - Curso de Pedagogia, 2023.
 Orientadora : Juliana Chioa Ipolito
 1. Ensino-aprendizagem. 2. Dificuldades de aprendizagem. 3. TDAH. 4. Estratégias pedagógicas. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GRAZIELY RODRIGUES DE SOUSA

O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TDAH

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia, foi avaliada para a obtenção do título de licenciatura em pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 06 / 07 / 2023

Banca Examinadora

Profa. Dra. Juliana Chioca Ipolito, Orientador(a) – UFT

Profa. Esp. Thallyta Teixeira Silva, Examinador (a) – UFT

Profa. Dra. Kethlen Leite de Moura-Berto, Examinador(a) - UFT

Dedico este trabalho a duas crianças muito especiais neste momento da minha vida, meus alunos Marcos Vinícius e Guilherme Arruda, pelo carinho e por ter me proporcionado experiências, me instigando a aprender mais por vocês.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente só tenho a agradecer a Deus, por nunca ter permitido desistir dos meus objetivos, sempre me dando sabedoria e força para seguir em frente, mesmo em momentos de aflições e angustias enfrentada. Só tenho a agradecer por tudo que tem me proporcionado;

Aos meus familiares que sempre esteve me apoiando em todos os momentos inclusive nesta trajetória acadêmica;

Ao meu pai José Airton Rodrigues de Araújo e minha mãe Luzineide Ferreira de Sousa Rodrigues que são à base de tudo, vocês são o meu maior exemplo, obrigada por me motivar, incentivar a estudar, e lutar por tudo que sempre almejei independente das minhas escolhas, sempre estiveram ao meu lado me dando força, carinho e amor, me ensinando a seguir em frente e conquistar tudo que quero com meu próprio esforço;

Ao meu companheiro Danilo que nunca deixou desistir deste processo, mesmo em meus momentos de crises e anseios esteve ao meu lado, me dando força para me erguer e seguir em frente com meus objetivos;

A minha orientadora uma pessoa tão serena que sempre me transmitia paz e segurança durante os meus momentos de ansiedade e angústia, em que pensava em desistir de tudo, obrigada por me passar tanta confiança, e contribuir para o meu crescimento;

Aos docentes que contribuíram para minha formação acadêmica, por fazer parte deste processo e serem pessoas humanas, entendendo sempre o lado o aluno, sendo flexível;

Aos meus colegas e companheiros do curso de pedagogia que fizeram parte deste momento da minha vida, sempre nos apoiamos um aos outros com palavras carinhosas, motivacionais, ajudando-nos em momentos de apreensão;

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as práticas pedagógicas viáveis para o processo de desenvolvimento educacional de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Este estudo se justifica, pois, atualmente, há inúmeros diagnósticos de TDAH de alunos que apresentam hiperatividade, desatenção e dificuldades de aprendizagem, sendo assim classificados com um transtorno que ainda é muito controverso e duvidoso, tanto em relação a seu conceito, quanto às causas, diagnósticos e tratamentos realizados. Nesse contexto, os professores enfrentam diversos desafios e dificuldades em sua prática docente, com relação ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Por isso, nesta pesquisa, realizamos a análise do processo de ensino-aprendizagem de alunos com TDAH, segundo consta na literatura da área, em busca de compreensão sobre a temática, visando a contribuir com estratégias pedagógicas que promovam o desenvolvimento e inclusão do educando no contexto educacional. A investigação se deu a partir de uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico do tipo qualitativo, analisando teses e dissertações na base de dados da CAPES, e artigos científicos localizados no *Google Acadêmico*, que nos possibilitou compreender o quanto o papel do professor e da escola é importante neste processo para desenvolver estratégias que contribuam para o desenvolvimento destas crianças, de acordo com suas individualidades e contextos sociais vivenciados.

Palavras-chaves: Ensino-aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. TDAH.

ABSTRACT

This research aims to investigate the feasible pedagogical practices for the educational development process of students with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). This study is justified because, currently, there are numerous diagnoses of ADHD of students with hyperactivity, inattention, and learning disabilities, thus being classified as a disorder that is still very controversial and dubious, both in relation to its concept, its causes, diagnoses, and treatments. In this context, teachers face several challenges and difficulties in their teaching practice, regarding the teaching and learning process of these students. Therefore, in this research, we analyzed the teaching-learning process of students with ADHD, according to the literature in the area, in search of understanding on the subject, aiming to contribute with pedagogical strategies that promote the development and inclusion of the student in the educational context. The investigation was based on a qualitative exploratory bibliographic research, analyzing theses and dissertations in the CAPES database, and scientific articles located in Google Scholar, which allowed us to understand how important the role of the teacher and the school is in this process to develop strategies that contribute to the development of these children, according to their individualities and social contexts.

Key-words: Teaching-learning. Learning difficulties. ADH.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro 1 - Pesquisas realizadas sobre TDAH.....	28
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDA	Associação Brasileira do Déficit de Atenção
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DMS	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
OMS	Organização Mundial de Saúde
TDA	Transtorno de Déficit de Atenção
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISP	Universidade Estadual Paulista
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TDAH..	14
2.1	A história do TDAH: Suas Origens e Relações com o Contexto Social e Econômico	14
3	ANÁLISES E DISCUSSÕES DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TDAH.....	28
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o processo de ensino-aprendizagem de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Com isso, visamos compreender o conceito do TDAH, suas possíveis causas, sintomas apresentados e diagnósticos com base em pesquisas da área. Para tanto, iniciamos essa investigação a partir da análise do contexto histórico de surgimento do TDAH, analisando a sua origem e a relação com a situação social e econômica. Posteriormente, realizamos uma pesquisa bibliográfica na literatura especializada sobre como o TDAH vem sendo compreendido, tanto pela perspectiva crítica da psicologia escolar como literatura médica. Este estudo nos possibilitou realizar a análise de sete pesquisas publicadas entre os anos de 2013 a 2022. Desta forma procuramos entender o processo de ensino-aprendizagem dos alunos diagnosticados com TDAH, e as práticas pedagógicas realizadas pelas instituições escolares com eles.

O interesse por essa temática iniciou quando ingressei na Universidade Federal do Tocantins (UFT) no primeiro semestre de 2019, no curso de Pedagogia. Esse primeiro contato com o curso começou a despertar o interesse em conhecer as possibilidades de atuação do pedagogo e os desafios que a profissão traria. Posteriormente, comecei a trabalhar como auxiliar de sala de aula no município de Miracema do Tocantins, e foi a partir do contato com crianças com dificuldades de aprendizagem que pude ter certeza do que realmente queria abordar em minha pesquisa de TCC. O intuito era realizar o aprofundamento teórico necessário para desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade com estas crianças. Desta forma, o propósito era aprender desenvolver um trabalho eficiente e inclusivo com crianças que teriam dificuldades de aprendizagem, em específico com TDAH, que tem sido muito discutido atualmente.

Muitos profissionais da educação finalizam o curso de graduação e não têm oportunidade de se aperfeiçoar para o mercado de trabalho. As próprias escolas do município, juntamente com as entidades públicas, que deveriam oferecer capacitações para os educadores, sendo fundamentais para compreensão das transformações atuais, como os referentes às políticas de educação inclusiva, não o fazem.

Com o grande quantitativo de diagnósticos de crianças com TDAH, em decorrência de dificuldades de aprendizagem no contexto escolar (VIÉGAS; OLIVEIRA, 2014; LEITE; REBELO 2014; MEIRA, 2012), abordar este tema tornou-se importante para que estes alunos não passem despercebidos pelos profissionais das escolas. Isso porque, muitas vezes, uma criança é considerada hiperativa, pois não consegue se concentrar nas atividades escolares, ou

seja, seu comportamento é interpretado como um problema patológico, desconsiderando que pode estar sendo influenciado por diversos fatores. Assim, este desconhecimento do que seja o TDAH prejudica principalmente o aluno, causando frustrações e impotências, afetando também o desenvolvimento e a aprendizagem do mesmo.

Acreditamos que esse processo, que vem sendo chamado de patologização das dificuldades de aprendizagem (COLOMBANI; MARTINS; SHIMIZU, 2014), se deve ao fato de que, atualmente, têm sido exigidos conhecimentos para o trabalho do professor que ele não possui e, assim, como não consegue obter sucesso no ensino de algumas crianças, acaba as encaminhando para que recebam um laudo de TDAH. Por isso, o desenvolvimento de metodologias eficazes para o sucesso do aluno no processo de ensino-aprendizagem vem se tornando um desafio para os profissionais de educação. Essa problemática nos levou a refletir sobre a necessidade de pesquisar sobre quais as estratégias pedagógicas têm sido utilizadas pelos pedagogos diante do aluno com TDAH.

Desta forma, consideramos como uma hipótese, que as metodologias utilizadas pelos professores atualmente não estejam adequadas para o ensino de crianças com o TDAH, em parte, pela falta de formação continuada, como um curso. Sabemos que não é papel do pedagogo realizar diagnósticos. No entanto, é necessário que o docente tenha conhecimento das políticas de inclusão e das estratégias pedagógicas que devem ser utilizadas com alunos que possuem necessidades educativas especiais.

Por isso, a presente monografia foi realizada com intuito de conhecer as práticas pedagógicas adequadas para o desenvolvimento educacional dos alunos com TDAH. Para tanto, utilizamos a pesquisa de cunho bibliográfico, realizadas na base de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), bem como através de artigos científicos de revistas indexadas e livros. Desta forma, a pesquisa bibliográfica é basicamente desenvolvida:

[...] a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2008, p. 69).

Inicialmente, realizamos a pesquisa exploratória, por ser a primeira etapa de uma investigação, a fim de esclarecer as ideias a respeito da temática, descobrindo então o problema a ser investigado. Sendo assim este tipo de pesquisa “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação

de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 75).

Vale ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa de cunho bibliográfico, será do tipo qualitativo, buscando informações necessárias para investigarmos o processo de ensino-aprendizagem com as práticas pedagógicas acessíveis para o desenvolvimento educacional dos alunos com TDAH. A partir dos materiais bibliográficos analisados, fizemos o levantamento de informações coerentes e concretas sobre os conceitos trazidos pelos autores, os possíveis sintomas e as causas do transtorno. Frisando o desenvolvimento dessas crianças dentro do processo de ensino-aprendizagem, analisando as estratégias para que sejam superadas suas dificuldades.

Seguiremos a perspectiva do método materialista histórico dialético, desta forma averiguarmos a contexto histórico da origem do TDAH, incluindo algumas políticas públicas de inclusão. Assim, de acordo com Gil (2008), o materialismo histórico é fundamentado no método dialético quando um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passando a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais, a partir da identificação do modo de produção social e das relações políticas.

A estrutura do trabalho consiste em introdução, dois capítulos e uma consideração final. No primeiro capítulo é apresentado o contexto histórico do conceito do TDAH, a partir de revisão bibliográfica, incluindo o Manual de Diagnóstico e Estatístico (DSM V) e a Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como as políticas públicas de inclusão. Analisamos, então, as contradições que existe sobre do transtorno, com base em autores que discutem e posicionam ideias a favor e contra a sua origem. Em seguida, nós realizamos uma discussão científica dos métodos desenvolvidos acerca do papel da escola, do professor na inclusão com a utilização de estratégias realizadas para o ensino de crianças com TDAH. Os trabalhos analisados foram Chagas (2013); Ribeiro (2020); Ferro (2019); Mello (2016); Araújo (2022); Lenzi (2015) Almeida (2020).

Os principais autores que fundamentaram o trabalho foram Colombani, Martins e Shimizu (2014), a partir da discussão sobre a medicalização, patologização e o diagnóstico do TDAH; Signor (2013), com o panorama conceitual, no sentido do diagnóstico; Viégas e Oliveira (2014), sobre o transtorno, com uma análise crítica sobre a existência e conceitos; Leite e Rebello (2014) sobre a importância de se analisar o desenvolvimento da função psicológica “atenção” para o trabalho com o aluno com TDAH; Ricci e Lucena (2014) que discutem a exclusão dos “incluídos” defendendo a educação e a resistência à patologização dos processos educativos: Meira (2012) que discorre sobre a medicalização como exclusão;

Ipolito (2020), que trata de estratégias do docente com relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem; e Gallo (2019), que discute as práticas docentes diante do TDAH.

Com essa pesquisa, objetivamos contribuir com os conhecimentos necessários para que os educadores conheçam sobre o TDAH e, assim, possam desenvolver práticas mais inclusivas, principalmente para alunos que apresentam hiperatividade/impulsividade, desatenção e dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, buscamos também frisar a importância do papel da escola nesse processo, tanto para criar estratégias acolhedoras, como para fornecer melhores condições de adaptações às necessidades específicas de cada aluno.

2 O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TDAH

Os profissionais de pedagogia enfrentam diversos desafios, um deles é referente aos inúmeros casos de diagnósticos de crianças que possuem transtornos, fato que afeta não somente sua atuação, mas a sociedade como um todo. Dentre esses diagnósticos, o de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) tem sido o mais recorrente, e por isso é uma temática extremamente importante a ser investigada nos dias de hoje, visto que, também afeta o desenvolvimento educacional e social da criança.

O Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade (TDAH) tem sido discutido principalmente entre os profissionais da área da saúde e da educação, tanto em virtude de estar cada vez mais comum nas escolas, como pelo aumento gradativo do consumo de medicamentos associados ao diagnóstico de TDAH. Esse fato é apontado por Colombani, Martins e Shimizu (2014, p.196), que afirmam que: “O TDAH encabeça a lista dos transtornos infantis que mais recebem prescrição médicas”.

Face ao exposto, nesta seção visamos a discutir acerca do conceito de TDAH, sua etiologia e manifestação, a partir de uma perspectiva histórica. Para este propósito, faremos uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos publicados em revistas indexadas, disponíveis no site *Google* acadêmico, além de considerar as publicações da área médica, como o DMS-V Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (2013), e o da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA).

2.1 A história do TDAH: suas origens e relações com o contexto social e econômico

Para entender o conceito, as possíveis causas e os sintomas apresentados no TDAH, é necessário que façamos uma análise histórica de seu surgimento enquanto um transtorno médico, tratável com medicação, a fim de compreendemos o processo que culminou nos elevados números de diagnósticos dos dias atuais.

Sabe-se que, após anos de conflitos e descobertas, este transtorno passou por diversas transformações a respeito de sua conceituação e diagnóstico. Vale ressaltar que há registros de crianças com os sintomas que conhecemos atualmente por Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade na história, porém, não havia ainda a terminologia médica para nomeá-los.

Assim, há cerca de dois séculos o TDAH já estava presente na sociedade, demonstrado pelo relato de crianças com os sintomas deste transtorno na literatura médica. Isso

impulsionou os estudos de investigação científica buscando explicá-lo. Conforme Gallo (2019, p.14):

[...] Tecnicamente, só em 1775 surge à primeira descrição, a partir de um artigo escrito pelo médico alemão Melchior Adam Wikard (1742-1803) sobre transtorno de atenção em crianças pouco cautelosas, distração, fraca persistência, ações impulsivas e com dificuldade de finalizar uma tarefa. (GALLO, 2019, p. 14).

Tal fato demonstra que os sintomas já estavam presentes há bastante tempo, só não havia uma conceituação, nem mesmo uma terminologia concreta. Apesar disso, nota-se que, mesmo na época do surgimento das discussões sobre crianças que tinham dificuldades de manter o foco e a atenção em determinadas atividades, estas já eram tratadas pela via patológica, como doentes mentais.

Conforme Colombani, Martins e Shimizu (2014, p. 196), atualmente o TDAH “[...] é considerado, pelos especialistas, como um transtorno mental crônico, multifatorial e de alta frequência.” Assim, podemos observar que os próprios profissionais que discutem sobre o TDAH, o tratam patologicamente, conceituando-o como um distúrbio que afeta as capacidades neurológicas do indivíduo, podendo durar a vida toda.

A patologização das dificuldades de aprendizagem tornou-se cada vez mais recorrentes conforme os casos de TDAH aumentavam ao longo dos anos. Esse fenômeno que pode ser explicado pela transformação de questões sociais e pedagógicas, como as dificuldades de aprendizagem, em problemas individuais, acaba tirando a responsabilidade de todos que fazem parte desse processo, deslocando-a unicamente para o próprio indivíduo, que acaba sendo apontado como o único responsável pelo seu próprio insucesso.

Segundo pesquisa realizada por Signor (2013) sobre o contexto histórico de surgimento do conceito do TDAH, já no ano de 1856 foi feita: “uma das primeiras referências a um sujeito com sinais de hiperatividade e desatenção [...]” (SIGNOR, 2013, p. 21). No entanto, vale ressaltar que este conceito surgiu, de fato, apenas em 1975, quando o TDAH foi estudado cientificamente, com a análise do comportamento infantil que comprometia também a aprendizagem.

Com o passar do tempo, os estudos foram se aprimorando, e o TDAH passou a ser considerado como sendo ocasionado por lesões cerebrais mínimas. No entanto, este argumento não foi comprovado, já que não é possível identificar nenhuma alteração cerebral em quem apresenta os sintomas. Assim, como afirma Signor(2013, p.23-24): “ele foi considerado vago demais, sem evidências neurológicas e com pouco valor descritivo”. Isso

nos indica que este transtorno não é restrito ao cérebro e a defesa desta tese, que ocorre atualmente, é repleta de contradições, pois não há evidências concludentes.

A hiperatividade se tornou um dos sintomas mais apontados no diagnóstico do TDAH, passando a ter mais relevância em relação aos outros. Durante a década de 1960, o DMS-II tornou público o “Transtorno de reação Hiperkinética da infância”, pois até aí se acreditava serem sintomas infantis, ou seja, que faziam parte da infância, e não comprometeria os adultos. Enfatiza-se aqui que o foco, segundo a nomenclatura, era as crianças. Com o passar dos anos começaram a observar que na vida adulta os comportamentos manifestos permaneciam nos sujeitos, ou seja, não estavam relacionados somente a uma determinada fase de uma criança, mas sim em qualquer momento da vida do indivíduo.

Como aponta Gallo (2019, p. 16): “O TDAH persiste em até 60% dos casos, adentrando a vida adulta e causando muitos problemas”. O que quer dizer que mais da metade desses casos permanece nas pessoas quando adultas. Logo, podemos observar que não compromete apenas o processo de desenvolvimento infantil. O que quer dizer que durante a vida adulta pode-se apresentar mais maturidade, e assim os sintomas podem se tornar menos visíveis, mas não significa que eles desapareceram.

No ano de 1984 foi criado o DMS-III, que trazia a nova nomenclatura “Transtorno de déficit de atenção” (TDA) (SIGNOR 2013). Ou seja, levou cerca de dezesseis anos para atualização do manual de diagnósticos, que resultou nesta mudança. O TDA era caracterizado pela persistência de desatenção e falta de concentração presente no convívio social do indivíduo. Ressalta-se que a hiperatividade e a impulsividade não eram consideradas sintoma.

O DMS-IV foi lançado dez anos depois, e o TDA passou a ser nomeada como TDAH, incluindo, assim, a hiperatividade como um dos sintomas. Desta forma vieram novos critérios de diagnósticos, e como ressalta Signor (2013, p.25): “[...] os critérios elencados no DMS-IV estão pautados em ‘sinais’ que são recorrentemente citados pelos professores em seus relatórios de avaliação da criança”. Deste modo, nota-se que o profissional da educação passou a contribuir para o diagnóstico, a partir de observações realizadas no cotidiano da sala de aula. Pois é no processo de escolarização que os sintomas se apresentam mais nitidamente e são geralmente identificados. Assim, o professor se tornou uma peça fundamental para contribuir para o exame clínico, pois é durante o processo de ensino e aprendizagem que se manifesta mais fortemente a desatenção, hiperatividade e a impulsividade.

Em abril de 2007, foi publicado o decreto de nº 6.094 que trata sobre os planos e metas relacionados à educação, e que apresenta um inciso que aborda sobre o direito de

peças com necessidade especiais. O Capítulo I, art.4, inciso IX, trata sobre a garantia da educação de pessoas que tenham necessidades especiais, nas escolas públicas, em que elas possam ter o direito a inclusão nessas redes de ensino (BRASIL, 2007). Este decreto tem por objetivo a melhoria da educação do ensino básico, e dentre 28 incisos somente um traz a questão do direito a educação para todos, incluindo pessoas com necessidades especiais. Mas é importante ressaltar que com este decreto as pessoas que possuíam transtornos não teriam o acesso negado, mas não eram vistos como pessoas que precisassem de atendimento especial. Mas é importante destacar que o direito a educação não garante a aprendizagem, ou seja, o acesso a matrícula não significa que ela possa aprender.

As pessoas com TDAH precisam ter um apoio da escola para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem, e por isso a importância de serem incluídas na educação desde o ensino básico. As instituições escolares precisam estar preparadas para ampará-las, buscando diversas metodologias e estratégias considerando as especificidades do aluno. Estas têm a função de ensinar e formar indivíduos para atuar em sociedade, e por isso deve adequar-se às dificuldades e peculiaridades de cada estudante que a frequenta.

Em 2008 é publicado o decreto nº 6.571 que trata sobre o atendimento especializado a alunos que tenham deficiência e transtornos globais, mas observa-se que não há a inclusão do TDAH. Com isso, esses alunos não tinham um amparo legal que garantisse o auxílio no desenvolvimento educacional. Neste documento incluem-se também os alunos autistas, ressaltando o direito de terem um professor especializado, e recursos pedagógicos acessíveis para aprendizagem destes alunos.

No ano de 2013 surge um documento atualizado do manual de diagnóstico, o DMS-V. Nesta nova versão que substitui a anterior, o termo designado de TDAH continua o mesmo, trazendo os critérios para o diagnóstico, e a classificação de subtipos, que são três: o primeiro é quando há presença de desatenção acompanhada da hiperatividade, o segundo é somente desatenção e, por fim, o terceiro é simplesmente a hiperatividade /impulsividade.

Em 30 de novembro de 2021 foi sancionada a lei 14.254, que “Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Dislexia e outros Transtornos de Aprendizagem”. É uma lei que nos leva a analisar a importância deste acompanhamento para essas crianças, e como é necessário para o desenvolvimento das mesmas. É fundamental que alunos que possuem tais transtornos tenham um acompanhamento de um professor capacitado para auxiliar nas atividades, ajudar no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, e na inclusão deles na educação, garantindo todo o cuidado à criança e o pleno avanço educacional.

O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade é muito comum na sociedade, visto que: “ele ocorre tanto em crianças quanto em adolescentes, em média de 3 a 5% das crianças no mundo” (ABDA, 2012). Como vimos, ele já fazia parte da população brasileira há muito tempo. Segundo os estudos sobre os comportamentos dos seres humanos, veio ocupando um lugar na sociedade até chegar ao que conhecemos por TDAH.

Segundo a Associação Brasileira de Déficit de Atenção, o TDAH: “[...] é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.” (ABDA, 2012, s.p.). Esta afirmação pode ser questionada a partir dos diversos estudos críticos sobre a existência do transtorno. Dentre eles, podemos citar o de Viégas e Oliveira (2014), que argumentam que a Associação Brasileira de Déficit de atenção e determinados autores sustentam a ideia de transtorno legítimo, devido a OMS-Organização mundial de saúde reconhecer sua existência, mesmo sua definição sendo muito vaga e contraditória entre estudos e pesquisas. Afinal na neurobiologia não tem nada comprovado, nem mesmos os fatores genéticos respaldados por partir de uma afirmação inconcludente, assim não sendo considerado legitimado por não ser consenso tanto para a ciência, quanto para a sociedade.

Segundo Colombani, Martins e Shimizu (2014), atualmente, inúmeros pesquisadores, em diferentes áreas de estudo vêm questionando a existência do TDAH, bem como divergindo sobre a sua origem. Por um lado, há aqueles que acreditam se tratar de um transtorno de origem neurobiológica, que se desenvolve devido a alguma anormalidade cerebral, ou que suas causas são genéticas. Por outro lado, há os que defendem que estão relacionadas às questões culturais, sociais, afetivas e conflitos familiares, ou seja, que pode se desenvolver de acordo com as vivências cotidianas tumultuosas.

Há diversos argumentos a favor e contra as origens do transtorno. Alguns pesquisadores defendem a inexistência, argumentando estar associado com o processo conhecido como medicalização dos processos de aprendizagem, o qual consiste na transformação de casos que não necessitam de apoio médico, mas que são encaminhados para estes especialistas, sendo considerados fatores de origem social. Visto isso:

O discurso da conexão entre problemas neurológicos e o não aprender ou não se comportar de forma considerada adequada pela escola apresenta-se de forma cada vez mais frequente no cotidiano das escolas e dos serviços públicos e particulares de saúde para os quais se encaminham grandes contingentes de alunos com queixas escolares. (MEIRA, 2012, p. 136).

É frequentemente considerado por diversos profissionais que o educando com dificuldades de aprendizagem e comportamentos vistos como inadequados, é portador de condições neurológicas específicas, que justificariam tais sintomas. Assim, conseqüentemente acontece a medicalização dos processos de aprendizagem, que vêm sendo recorrente atualmente nas escolas, como quando alunos apresentam comportamentos diversos e acabam sendo julgados como desapropriados. Nota-se, nesses casos que a falha no processo de ensino-aprendizagem pode ser resolvida dentro do contexto educacional, com estratégias que contribuam para o desenvolvimento do educando neste processo.

O processo de medicalização é um conceito muito discutido, mas pouco compreendido. Segundo Viégas e Oliveira (2014) é um fenômeno que deixa os alunos incapazes de vencerem seus desafios de dificuldade de aprendizagem. O ato de transformar conflitos sociais em médicos interfere na individualidade do sujeito, repercutindo assim, na sua capacidade de querer aprender. Além disso, o problema passa a ser da criança, compreendido como a única responsável pela sua incapacidade no desenvolvimento educacional. Isso acontece pelo fato de a própria família e a sociedade se apegarem ao laudo e rotula-la, influenciando, então, no seu desempenho.

Viégas e Oliveira (2014) destacam ainda que: “A medicalização da educação tem servido como base para o processo de patologização das questões educacionais, tirando de foco os reais problemas da escola e da própria sociedade” (VIÉGAS; OLIVEIRA, 2014, p. 54). Podemos analisar que alguns alunos que apresentam sinais vistos como inadequados como a desatenção, as dificuldades de aprendizagem, e até mesmo a hiperatividade, simplesmente são medicalizados por alguns profissionais. São encaminhados para os serviços de saúde e acabam sendo diagnosticados como portadores de alguma patologia. Em contrapartida são descartadas as possibilidades de estas adversidades estarem relacionada a questões sociais, podendo também ser um problema escolar.

O educando com TDAH pode apresentar diversos sintomas, o comportamento pode ser considerado inusitado pelos profissionais da educação. Quando aquela criança é impulsiva, inquieta, não consegue manter o foco nas aulas, apresentando dificuldades de aprendizagem, acaba tornando um papel difícil para o educador, por não saberem lidar com a situação e desconhecerem os sintomas ou comportamentos destes alunos. Inicialmente para evitar a medicalização é preciso entender sobre está prática cometida eventualmente, e os comportamentos do desenvolvimento infantil, acompanhando-as de perto.

Conforme o DMS-V (2014 p. 62) os sintomas do TDAH:

Na pré-escola, a principal manifestação é a hiperatividade. A desatenção fica mais proeminente nos anos do ensino fundamental. Na adolescência, sinais de hiperatividade (p. ex., correr e subir nas coisas) são menos comuns, podendo limitar-se a comportamento mais irrequieto ou sensação interna de nervosismo, inquietude ou impaciência. Na vida adulta, além da desatenção e da inquietude, a impulsividade pode permanecer problemática, mesmo quando ocorreu redução da hiperatividade. (DMS-V, 2014, p. 62).

Os sintomas dependem muito da fase de desenvolvimento do sujeito, que podem estar mais persistentes ou até mesmo controlados de acordo com o momento do ciclo de vida em que se encontra. Por isso, muitas vezes um aluno pode apresentar um comportamento hiperativo nos primeiros anos de escolarização, mas não ter TDAH. Isso porque esse sintoma pode ocorrer devido ao seu primeiro contato com a escola, ou seja, porque ele ainda não está adaptado ao ambiente, o que pode gerar inquietude. Estes sintomas podem ser apresentados por qualquer criança, mas no diagnóstico é levado em consideração quando estão frequentemente presentes no cotidiano delas.

Houve um aumento substancial de diagnósticos ocorridos durante estes últimos anos. Desta forma questiona-se o papel do professor e a sua capacitação e preparação diante destas circunstâncias, para ensinar um aluno com transtorno. Sendo assim, Gallo (2019, p. 17) ressalta que:

O acréscimo na quantidade de estudantes com TDAH conduz estes estudos a questionar se o professor está preparado para tal encargo assim como se o mesmo recebe algum tipo de auxílio sistemático em sua prática docente, através de serviços de apoio para o planejamento, a implementação e a avaliação das intervenções necessárias em sala de aula. (GALLO, 2019, p. 17).

Nesse sentido, há uma grande preocupação em relação à quantidade de diagnósticos, e a preparação dos profissionais de educação para atuar diante desta realidade. Isso devido à necessidade de conhecimentos preparatórios para ensinar aquele determinado aluno, precisando de um planejamento adaptado com intervenções para apoiar os neste processo de aprendizagem.

Concordamos com Gallo (2019), para quem o professor deve ter um domínio sobre a temática, e que é preciso de uma equipe que trabalhe em conjunto para ajudar tanto o aluno quanto o docente. Assim, é fundamental ter uma educação inclusiva com adaptações conforme o desenvolvimento de cada aluno, ou seja, com atividades voltadas para o processo de aprendizagem do mesmo. As intervenções podem contribuir para o desenvolvimento dos educandos, por isso “[...] as pessoas envolvidas na educação destes indivíduos não podem se

esconder atrás do diagnóstico, tampouco nas dificuldades inerentes ao processo” (GALLO, 2019, p.18). O professor tem um papel preciso em ensinar essas crianças.

É preciso de mais estudos sobre a temática, a fim de evitar que ocorra a medicalização da educação. Uma criança com dificuldades de aprendizagem simplesmente precisar de um apoio pedagógico para se desenvolver. E por isso é importante que os profissionais tenham embasamento teórico adequado para entender as situações dos indivíduos, e assim assumir providências adequadas. Visto que há:

[...] ideologias presentes nos encaminhamentos de alunos que não aprendem que muitas vezes são ressaltadas por percepções ditas científicas, como pelos encaminhamentos de tais alunos aos psicólogos clínicos para tratamento psicopatológico, médicos e, muitas vezes, também educadores que defendem a medicalização como única forma possível de enfrentamento da não aprendizagem. (RICCI; LUCENA, 2014, p. 334-335).

Assim como há profissionais da área da educação contra a medicalização, há aqueles que desconhecem as críticas à mesma. Normalmente, por não conseguirem enfrentar a situação do fracasso no ensino do aluno, acabam rotulando-o como anormal, resultando, com isso, no encaminhamento aos serviços de saúde.

Há associações e profissionais que defendem o TDAH como sendo de origem biológica, o que passou a ser uma justificativa para muitos casos de dificuldade de aprendizagem. Desta forma, é um meio pelo qual as instituições escolares, juntamente com a ciência médica, contribuem para a discriminação dos indivíduos que apresentam comportamentos que, segundo eles, são considerados fora do padrão normal.

Além disso, a conduta do professor de desconsiderar outros aspectos que podem estar resultando no comportamento do indivíduo, considerando somente a questão neurológica, está associada ao processo de biologicização. Este se caracteriza como uma prática de utilizar a biologia para explicação de fatos que não são dessa área de estudo, assim como ocorre com o TDAH, em que é visto como resultante de fatores neurológicos. Sendo assim, ressalta-se que:

A crítica a biologicização da vida humana é, neste sentido, dos processos educativos, ainda é uma necessidade pelo fato de que, embora muitos avanços técnicos e teóricos tenham sido alcançados pela psicologia, medicina e educação permanecem o sistema excludente que requer superação (RICCI; LUCENA, 2014, p. 334).

Desta forma os argumentos a respeito da existência e causas do transtorno, são pertinentes para estabelecer ressignificações ideológicas, com novos avanços científicos a respeito o TDAH. Mesmo que ainda há exclusão de indivíduos, é necessário respeitar as diferenças, deste modo os conhecimentos teóricos e práticos contribuem para este processo de

inclusão. Sendo assim, é importante ressaltar, que tanto as famílias quanto os profissionais que acompanham a criança devem entender sobre as condições necessárias para ajudá-la, e não simplesmente classificá-las. O diagnóstico não define as capacidades do sujeito, isso pode acabar prejudicando a criança ao invés de auxiliá-la, para essa situação é necessário haver estratégias de inclusão, sem haver classificação devido ao déficit, o que poderia agravar mais a situação.

Há dois séculos a medicalização vem ocupando um lugar na sociedade. Segundo Viégas e Oliveira (2014), inicialmente: “Os especialistas que se ocuparam de estudar as dificuldades de aprendizagem foram os médicos.” (VIEGAS; OLIVEIRA, 2014, p. 42). Deste modo, no século XIX houve diversos diagnósticos designados às crianças que tinham dificuldades de aprendizagem. Assim, não sendo considerados os contextos sociais, por não serem vistos como importantes para a área da medicina na época. As instituições escolares tem um contato mais direto com a sociedade, e com todo o contexto social, com isso tudo que envolve a educação estar relacionadas à instituição escolar, desta forma as dificuldades de aprendizagens devem ser desenvolvidas no âmbito educacional, a partir de intervenções pedagógicas.

O fracasso escolar passou a ser visto como problema médico, possibilitando, portanto, uma relação entre a saúde e a educação que levou à concepção de que o TDAH esteja relacionado a questões orgânicas e mentais, é importante acrescentar que o TDAH não é uma deficiência física ou sensorial. Esse fato resultou nos diagnósticos de crianças que possuem dificuldades de aprendizagem como sendo portadoras de alguma deficiência neurológica. Ou seja:

Essa concepção se difundiu pela mídia e passou a fazer parte do senso comum, contribuindo para justificar o fracasso escolar, fazendo da escola um ambiente que requer atenção, não por sua diversidade, visto que ali há diferentes encontros, mas sim por ser um espaço formado por seres em desenvolvimento que devem ser educados, preparados e controlados para viver socialmente. (COLOMBANI; MARTINS; SHIMIZU, 2014, p. 199).

Como apontado por Colombani, Martins e Shimizu (2014) a mídia tem demasiada influência na sociedade, o que reflete na escola. Há diversas formas de lidar com a aprendizagem, mas, no ambiente educacional, esta acaba sendo tratada sem considerar a diversidade dos modos de aprender e se desenvolver. A ideia de que este transtorno é de origem orgânica, como é tratado pela mídia e por diversos pesquisadores, tanto da área de saúde, quanto da educação, é preocupante, pois essa grande influência dentro da sociedade

leva as pessoas a acreditarem em informações ideológicas que são difundidas no senso comum.

A patologização dos indivíduos que apresentam dificuldades de aprendizagem e desatenção incentiva o tratamento com medicamentos, como apontam Colombani, Martins e Shimitzu (2014) “Segundo os profissionais, a criança com este diagnóstico deve ser devidamente tratada e medicada, para poder haver avanços na aprendizagem e no convívio escolar” (COLOMBANI; MARTINS; SHITMIZU, 2014, p. 196). Desta forma, a afirmação de que o transtorno realmente exista e que, portanto, há a necessidade do uso de medicamentos, é vista por diversos profissionais como a melhor opção para o desenvolvimento educacional dos sujeitos, ainda que essas ideias sejam inconclusivas, e que haja polêmicas em relação à insuficiência do diagnóstico.

No processo diagnóstico, a avaliação clínica é o principal meio para identificar o TDAH, realizado através da análise dos comportamentos e ações do indivíduo e considerando os sintomas predominantes classificados no DMS-V: a desatenção e a hiperatividade/impulsividade. Vale ressaltar que esse processo se inicia a partir de contestações dos próprios professores da criança, que identificam sintomas do transtorno e estimulam a família do aluno a buscar por respostas médicas. Assim: “A opinião do professor é um fator influenciador no diagnóstico médico, visto que, não havendo a disponibilidade de exames que possam certificar o transtorno, os profissionais avaliam a criança por intermédio.” (COLOMBANI; MARTINS; SHIMIZU, 2014, p. 197). Sendo assim, a partir das queixas destinadas aos pais a procurarem a ajuda de um profissional da saúde, torna-se importante o papel do pedagogo durante a análise clínica. O papel do professor no auxílio do diagnóstico.

Como dito anteriormente, não há exames que identificam o transtorno e, por isso, as queixas e falas do professor tem um peso circunstancial no processo diagnóstico, que é realizado a partir de questionários. Nesse contexto, é importante o papel da escola no processo de avaliação do sujeito, mas é importante destacar que: “[...] alguns professores tendem a maximizar os sintomas [...]” (SIGNOR, 2013, p. 34). Este é outro problema muito recorrente nos diagnósticos, devido à própria análise do indivíduo ser feita a partir de questionários e queixas dos profissionais da educação, desconsiderando o sujeito no seu âmbito sociocultural. Deste modo é fundamental que haja nesta avaliação uma análise do sujeito inserido em diversos outros contextos, como o familiar, sendo necessário conhecer também seu histórico familiar para entender sobre as possíveis causas que podem ter levado ao desenvolvimento do déficit.

Quando um determinado aluno não aprende, é desatento, inquieto durante as aulas e impulsivo, é necessário que este seja compreendido, analisado e observado, tanto no convívio social, quanto na sua relação no âmbito escolar e no contexto familiar. Os seres humanos lidam com situações de formas diferentes em diversas ocasiões, assim quando os profissionais não conseguem distinguir os comportamentos apresentados, devem buscar interpreta-los. Da mesma forma, a dificuldade de aprendizagem deve ser considerada em diversos aspectos, como a diversidade social e o contexto individual. Conhecer o seu aluno superficialmente, apenas dentro do ambiente educacional, impossibilitará a identificação do que pode estar provocando tais condutas, já que estas são resultado de múltiplas determinações. Deste modo, ressalta-se que:

O diagnóstico e conseqüentemente medicalização podem, então, ocultar questões que deveria ser tratadas para se repensar a escola, seu papel, as relações interindividuais e, até mesmo, procedimentos didático-pedagógicos e políticas públicas. Esse processo permite pensar a escola como um sistema panóptico de funcionamento, que emprega mecanismos de poder em torno daquilo que é considerado anormal, com o escopo de tornar o indivíduo dócil e útil ao sistema. (COLOMBANI; MARTINS; SHIMIZU, 2014, p. 208).

Posto isso, entende-se que a medicalização dos processos de aprendizagem não contribui para o desenvolvimento educacional dos alunos, pois o viés patológico o prejudica devido ao rótulo. A escola é importante neste processo, pois além de contribuir com o ensino de conceitos científicos ao aluno, contribui com as relações sociais e individuais, a partir trabalhos planejados de acordo com a necessidade do mesmo.

Como dito anteriormente, durante o diagnóstico é necessário considerar os diversos contextos dos quais cada sujeito faz parte, até porque, certas atitudes ou situações ocorridas em ambientes familiares que são comumente aceitas, podem ser consideradas inadequadas em outros contextos, por exemplo. Por isso, ressaltamos que o diagnóstico pode ocasionar uma desordem na vida daquele indivíduo, bem como em seu ambiente familiar e educacional. Como explicam Colombani, Martins e Shimizu (2014, p. 198): “[...] as pessoas e suas classificações começam a interagir bilateralmente, fazendo com que a pessoa passe a incorporar tal classificação e a se comportar como se realmente tivesse os sintomas e a doença”. A partir de um diagnóstico dado ao sujeito, ele passa a ser classificado, então ocorre o processo de incorporação, em vista, do que se é esperado do comportamento dele, como se realmente possuísse tal doença.

Nesse sentido, Gallo (2019 p. 19) reforça que:

[...] há uma desresponsabilização e despersonalização causada pelo diagnóstico, em que a autonomia e o olhar individualizado para a criança saem de foco, e os profissionais atuam somente como técnicos que apenas identificam o que os exames informam. (GALLO, 2019, p, 19)

A autora critica a desresponsabilização dos profissionais diante do diagnóstico do TDAH, que não orientam acerca do mesmo, mas apenas o identificam. Assim, além da criança ser classificada com uma doença, os profissionais passam a vê-la com outro olhar, mas não individualizado, e sim como integrante do grupo de pessoas com doenças. Assim, as questões técnicas, resultaram no desfavorecimento de uma análise individualizada.

A partir do diagnóstico médico a uma criança com TDAH, visto como uma condição orgânica, inevitavelmente indica-se a necessidade de tratamentos medicamentosos, que atualmente são considerados questionáveis por diversos estudos. Nesta perspectiva, Leite e Rebello (2014, p. 62) enfatizam que:

Como se parte majoritariamente de que se trata de um problema orgânico, o tratamento para este é “resolvido” com a administração de fármacos que tem impacto direto no sistema nervoso central. O mais conhecido deles é a Ritalina, medicamento a base de metilfenidato. (uma espécie de anfetamina).(LEITE; REBELLO, 2014, p. 62).

As crianças que apresentam dificuldade de aprender, de manter o foco nas aulas, e de devolver as atividades com atenção, são consideradas por muitos profissionais da área pedagógica como possuindo um distúrbio, que apresenta problemas de saúde mental, emocional ou comportamental, ainda mais quando é acompanhado da hiperatividade. Qualquer aluno pode ter desatenção durante as aulas, pode ser considerado aquele aluno difícil de lidar, que não para quieto na cadeira, mas nem sempre vai significar que ele possui um transtorno.

Deste modo, não estamos afirmando que o transtorno não exista, mas que seja importante a sua análise e estudo de forma mais minuciosa, para se evitar um falso diagnóstico. Isso porque, os medicamentos utilizados para o tratamento de TDAH, citados pelas autoras, possuem efeitos colaterais e podem ser prejudiciais à saúde.

Um fato preocupante é que em nosso país o número de prescrições medicamentosas para crianças com diagnóstico de TDAH vem crescendo ao longo dos anos: “Em 2009 foram prescritas 557.588 caixas de remédios, enquanto em 2011 o número saltou para 1.212.855” (LEITE e REBELLO, 2014, p. 62). Em dois anos teve um aumento substancial de prescrições médicas, e é evidente que as pessoas passaram a consumir mais estes medicamentos que, dentre os diversos efeitos colaterais que possuem, podem causar a dependência química.

Diante de tais problemáticas, podemos analisar que os medicamentos prescritos pelos médicos podem contribuir para o tratamento, mas também pode ser considerada uma ação equivocada pelos profissionais, assim nos leva a refletir em relação aos malefícios deste medicamento para os pacientes que os consomem, bem como aos benefícios para os fabricantes que lucram com a venda destes.

Com isso, entendemos que o TDAH, é um transtorno comportamental, tem uma origem social, produzido na relação da criança com o mundo sem consideração de seu caráter social e com o aumento do número de diagnósticos, desta forma, nos leva a cogitar que esse fenômeno é parte de algum tipo de estratégia que beneficia os fabricantes destas drogas, que ganham com o consumo destes medicamentos. Neste sentido “A indústria farmacêutica se mostra nesse contexto como peça fundamental para que a estrutura de olhar biologizante se perpetue. A relação íntima entre tal indústria e a medicina é vista como estratégia de criar e vender doenças [...]” (VIÉGAS; OLIVEIRA, 2014, p. 53). Melhorar o parágrafo

Como afirmam as autoras, os profissionais da área médica, juntamente com as indústrias farmacêuticas, impulsionam a venda destes medicamentos a partir de diagnósticos e prescrições de remédios, que crescem significativamente, resultando em um alto lucro para ambos:

O fato é que o metilfenidato tem sido vendido como o “solucionador” dos problemas de hiperatividade e da falta de atenção, sem saber exatamente que efeito ele produz no organismo, a partir de que mecanismo, nem como isso repercute no sistema nervoso central. Há de se pensar o motivo pelo qual o remédio já foi comercializado antes mesmo de comprovações técnicas básicas. (VIÉGAS; OLIVEIRA, 2014, p. 53)

O metilfenidato é um medicamento utilizado para pessoas diagnosticadas com TDAH, que trata a questão da desatenção e agitação ocasionadas pela hiperatividade, que é um sintoma muito persistente no transtorno. Assim, destaca-se a relação do uso deste medicamento ao lucro financeiro de seus fabricantes, até porque estão recomendando o uso de uma droga para um problema que possui uma existência duvidosa, segundo muitos profissionais.

O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade é considerado um transtorno no qual o indivíduo tem dificuldade de manter a atenção e o controle, podendo aparentar uma criança impulsiva, agitada. Obviamente é um obstáculo para que o aluno consiga aprender no mesmo ritmo que os demais, podendo também o afetar na vida adulta, principalmente quando é passado despercebido e não é feito nada para auxiliar o seu desenvolvimento.

Passaram-se anos de estudos para que o TDAH fosse realmente visto como um transtorno que precisa de um acompanhamento educacional estratégico. Isso porque houve um acréscimo grande de diagnósticos. Mas algo que nos leva a preocupação com relação a este transtorno é o número considerável de patologização e medicalização de crianças que está influenciando o crescimento substancial dos diagnósticos, e o consumo de medicamentos fortíssimos que muitas vezes são desnecessários. Sem falar dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação, que muitas vezes não sabem como lidar com a situação.

Por isso, na próxima sessão nos propusemos a apresentar os resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre as estratégias que têm sido utilizadas com os alunos com TDAH.

3 ANÁLISES E DISCUSSÕES DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TDAH

Este capítulo tem como objetivo apresentar as discussões provenientes dos resultados de uma investigação realizada na base de teses e dissertações CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sobre as intervenções pedagógicas que vêm sendo utilizadas com alunos com TDAH, publicadas entre os anos de 2012 e 2022. Deste modo, foram selecionados sete trabalhos, incluindo teses e dissertações, com o objetivo de compreender o processo de ensino-aprendizagem destas crianças e as práticas pedagógicas que devem ser utilizadas pelos profissionais da área da educação com elas. Abaixo há representação de um quadro com a relação dos trabalhos analisados para esta sessão, na qual foi realizada a discussão com os autores da primeira parte da pesquisa. A seguir, apresentamos um quadro com o nome dos autores, o título das pesquisas analisadas, a metodologia utilizada e os resultados.

Quadro 1 - Pesquisas realizadas sobre TDAH

REFERÊNCIA	TÍTULO	METODOLOGIA	RESULTADOS
ALMEIDA (2020)	Manual de Orientações para pais e professores de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade TDAH	Pesquisa de cunho bibliográfico sobre o TDAH, com a metodologia baseada em leituras exploratórias, com revisão de publicações nos sites Scielo, Portal da CAPES, <i>Google</i> acadêmico e na Plataforma Science. Em busca de elaborar estratégias educacionais na elaboração do manual de orientações para os pais e	A fim de contribuir para os pais e professores de crianças com TDAH, o trabalho possibilita a avaliação de sintomas, identificação de uma criança como portadora de uma síndrome, informações para intervenções de acordo com as

		professores das crianças com este transtorno.	limitações e capacidades do educando, possibilitando então uma qualidade de vida aos portadores a partir deste manual de orientação.
ARAÚJO (2022)	A regulamentação do atendimento de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na perspectiva da inclusão escolar em Rio Branco/Acre.	Trata-se uma investigação com abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfica e de campo com uso de questionários e de entrevista semiestruturada com 19 profissionais que atuam na educação, a fim de analisar a regulamentação da lei estadual nº 3112/2015 sobre o atendimento escolar de crianças com TDAH.	A pesquisa resultou que mesmo com a lei que proporciona o atendimento aos alunos com TDAH, houve poucas alterações, pois os alunos não são considerados públicos-alvo quando o transtorno estiver associado à outra doença. Sendo assim a lei não é efetivada adequadamente nas escolas analisadas, não ocorrendo como estar previsto.

CHAGAS (2013).	Novo transtorno, velho problema: a identificação do TDAH pelo olhar do professor.	Pesquisa de Campo com os profissionais da educação e da saúde com Diante da pesquisa realizada foi possível analisar que o aluno com TDAH entrevista, a partir das manifestações dos transtornos, como também a trajetória do aluno considerado portador do TDAH.	Diante da pesquisa resultou-se que o aluno com TDAH é considerado deficiente para a adaptação escolar, sendo visto como um indivíduo que não se adequa facilmente ao processo de Ensino e aprendizagem, sendo que os profissionais da educação acreditam serem incapazes de falar sobre essas crianças. E os diversos encaminhamentos a saúde são respaldados como pedido de ajuda.
FERRO (2019).	Atitudes de professores em relação aos alunos com Epilepsia, TEA, e TDAH: relações entre	Pesquisa transversal qualitativa através da coleta de dados com entrevistas realizadas	Observou-se o quanto é importantes ações realizadas

	conhecimento, percepção e saúde mental.	presencialmente, com mais de 150 professores investigados sobre suas atitudes diante de alunos com TDAH, Epilepsia e TEA.	aos professores para obterem conhecimentos sobre o TEA, o TDAH e a Epilepsia, desta forma podendo contribuir para o desenvolvimento do aluno.
LENZI (2015)	O milagre da Ritalina: agora ele copia tudo! O que dizem pais e professores de crianças diagnosticadas com TDAH.	Metodologia qualitativa, descritiva de caráter exploratório, com entrevistas semiestruturadas com os pais e os professores de crianças que eram diagnosticadas com TDAH ou que fazia o tratamento com medicamentos.	Os resultados foram baseados na escola como a principal responsável pelos encaminhamentos ao sistema de saúde, com diagnósticos realizados em uma primeira consulta, e que os tratamentos propostos pelos médicos são aceito pelos pais e professores, destes alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
MELLO (2016)	Crianças com o diagnóstico de	Estudo de caso de cunho etnográfico, a fim de	. Conclui-se que estas crianças

	Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH) na escola.	investigar como o cotidiano escolar de alunos diagnosticados com TDAH. A partir de entrevistas semiestruturada, diário de campo e observação participante.	analisadas apresentam hiperatividade em sala de aula e isto estar relacionado ao fato de conhecerem seu diagnóstico, desta forma assumindo-se hiperativas. E os professores não trabalham estratégias pedagógicas adaptadas a estes alunos, desta forma sofrendo exclusão a partir do rótulo que interfere em suas relações.
RIBEIRO (2020)	O processo de produção e de enfrentamento do TDAH na escola.	O trabalho é realizado em uma perspectiva de inspiração etnográfica em uma escola pública da Cidade de Uberlândia-MG, em uma sala de aula do segundo ano. A fim de analisar o processo da constituição de	A pesquisa resultou que a escola pode ser um cenário de produção de diagnóstico ao mesmo tempo enfrentar as condutas medicalizantes. O

		<p>diagnóstico de TDAH. A partir de observações, entrevistas com os professores e a mãe.</p>	<p>TDAH gira em torno de equívocos sem as menores compreensões sobre o processo de desenvolvimento de atenção, desta forma muitas crianças estão sendo prejudicadas, diante dos avanços advindos da medicina psiquiátrica, causando uma epidemia de transtornos.</p>
--	--	--	--

Fonte: Autoria própria.

Face ao exposto, o primeiro trabalho analisado foi uma dissertação de mestrado desenvolvida por Beatriz da Silva Chagas (2013), pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. A autora enfatiza o olhar do professor frente ao TDAH, como sendo baseado na perspectiva de um transtorno considerado novo atualmente, apesar de ser um velho problema enfrentado pela sociedade. Deste modo, destaca a relação entre o transtorno e a escola, apontando-o como uma das hipóteses do fracasso escolar. Assim como Colombani, Martins e Shimizu (2014), Chagas (2013) associa o TDAH aos transtornos que mais acometem os alunos no contexto educacional, acarretando em um baixo desempenho no processo de aprendizagem dos mesmos.

Ainda segundo Chagas (2013, p. 53): “O TDAH, considerado um transtorno neurológico é, nessa perspectiva, responsável por comprometer capacidades fundamentais a aprendizagem, também chamadas funções executivas do cérebro”. De fato, acredita-se que o

transtorno pode afetar o desenvolvimento de funções psíquicas fundamentais para a aprendizagem, desencadeando sintomas, como a desatenção, hiperatividade e impulsividade. Desta forma, como é destacado pela autora, além de afetar a aprendizagem e as capacidades do indivíduo, está relacionado a funções que o sujeito desenvolve voluntariamente, ou seja, o autocontrole é considerado parte das funções executivas.

Outro ponto interessante da pesquisa de Chagas (2013), é que a autora apresenta o contexto histórico do fracasso escolar da educação brasileira. Deste modo, propõe que para compreendemos o que resultou nesta não apropriação dos conhecimentos pelos alunos, temos que entender o que é este ambiente educativo, e como ele atua com essas crianças.

Desta forma, Chagas (2013, p.62) destaca que:

No momento em que a demanda por escolas se tornou cada vez mais crescente nas emergentes sociedades industriais capitalistas, surge um novo problema nos sistemas de ensino: como explicar as diferenças no rendimento escolar dos alunos? Porque alguns alunos não conseguiam seguir para séries mais avançadas? Era necessária uma explicação que cumprisse com o ideal de mérito pessoal, o que podemos encontrar facilmente nas escolas atuais. (CHAGAS, 2013, p. 62).

Como podemos observar a questão dos baixos rendimentos escolares já era uma preocupação da sociedade. Então, a psicologia era requisitada para justificar que as diferenças entre os indivíduos era o que levavam ao fracasso escolar de alguns, nesse momento serviu para afirmar as concepções ideológicas que culpabilizavam o indivíduo por seu próprio fracasso.

Além disso, é importante ressaltar que as crianças que apresentavam dificuldades de aprender eram classificadas: “como anormais” e “eram objetos de investigação dos especialistas que buscavam uma causalidade orgânica para a explicação de suas limitações.” (CHAGAS, 2013, p. 64). A partir disso, nota-se que as investigações a respeito das dificuldades de aprendizagem buscavam responder a essa problemática culpabilizando os alunos pelo próprio fracasso, a partir de explicações biologizantes e classificando-os como anormais.

Além de toda discussão teórica, Chagas (2013) desenvolveu uma pesquisa de campo, em uma escola da cidade de Niterói – RJ, com o objetivo de investigar a composição dos alunos com TDAH na determinada instituição. A seleção da instituição ocorreu em decorrência dos casos de crianças com dificuldades de aprendizagem e indisciplina que eram encaminhadas aos médicos e, que em muitos destes casos, foram diagnosticadas com TDAH. Para obter resultados foi então analisado como o aluno com este transtorno é identificado a partir das queixas realizadas pelos professores.

Com a pesquisa de Chagas (2013) percebe-se que os profissionais investigados não tinham domínio sobre o assunto, e que se sentiam inseguras ao falar sobre o TDAH. As professoras da instituição relataram suas dificuldades em lidar principalmente com os comportamentos destas crianças, pois se predomina mais em reclamações por causa da hiperatividade dos alunos, sendo assim considerados problemáticos, atrapalhando o desempenho educacional, tirando notas muito baixas (CHAGAS, 2013). É importante destacar também que, mas das profissionais faz referência às ações do indivíduo como um problema médico, necessitando-se de um tratamento medicamentoso (CHAGAS, 2013). A dimensão comportamental é um dos problemas mais destacados em crianças com TDAH, assim é o que acaba prejudicando a aprendizagem do educando por causa da agitação e do não parar quieto. Mas simplesmente passam a associar este saber como de domínio médico, sendo que deve ser considerado um assunto de competência pedagógica, com atividades de intervenções, adequando-se as habilidades dele.

O professor é indispensável no processo de aprendizagem das crianças. Assim, independente de suas dificuldades, é fundamental que compreenda e conheça o seu aluno, a fim de aplicar estratégias que propiciem o desenvolvimento educacional do mesmo. Desta forma, concordamos com Gallo (2019, p.24) para quem é preciso considerar: “[...] a importância de o professor saber o que é o TDAH para compreender o comportamento do seu aluno com o Transtorno e aplicar estratégias fundamentais”.

Para realizar suas análises, Chagas (2013) acompanhou algumas reuniões pedagógicas da escola pesquisada. A autora relata que durante essas, sempre era destacado pelas professoras o comportamento de algumas crianças, considerando-as hiperativas. Nestas conversas havia deduções das possíveis causas dos comportamentos daqueles alunos, as quais visavam encontrar soluções para a problemática. Em uma dessas ocasiões: “Uma das professoras fez referência ao tratamento medicamentoso e as outras duas sequer citam a hiperatividade como problema médico” (CHAGAS, 2013, p.78). Diante disso, nota-se que as profissionais entram em contradição a respeito das medidas tomadas com os alunos, com uma delas, inclusive, apontando soluções patologizantes. Desta forma, percebe-se que:

[...] ideologias presentes nos encaminhamentos de alunos que não aprendem que muitas vezes são respaldados por concepções ditas científicas, como pelos encaminhamentos de tais alunos aos psicólogos clínicos para tratamento psicopatológico, médicos e, muitas vezes, também educadores que defendem a medicalização como única forma possível de enfrentamento da não aprendizagem (RICCI; LUCENA, 2014, p. 334-335).

Como observado por Chagas (2013), uma das professoras deduziu, a partir do comportamento do aluno, que era considerado inadequado por ser indisciplinado, que este possuía algum tipo de transtorno, e que era necessário encaminhamento médico. Nesse sentido, é possível observar o processo de medicalização na identificação do problema desta criança, pois torna uma questão que, muitas vezes, não necessita da medicina, em um problema médico. Com isso, não estamos afirmando que não haja casos em que o tratamento médico seja necessário, mas que antes do encaminhamento a este é necessário que se proponha alternativas pedagógicas para superação do problema.

Entende-se que o processo de encaminhamento de alunos aos serviços de saúde, inicia-se a partir das reclamações dos profissionais da educação, quando eles já não conseguem ter controle sobre determinado aluno. Chagas (2013) expõem que nas reuniões realizadas na instituição pesquisada, quando eram relatados casos de educandos os quais o professor não sabia o que fazer, era solicitada uma reunião com psicólogos da escola e do posto de saúde, com assistentes sociais e estagiários da psicologia, juntamente com a coordenadora. O intuito era encontrar formas de como resolver as situações das pedagogas e uma forma de repensar na lógica de encaminhamento que tinham sido realizados anteriormente a esta estratégia.

A proposta realizada pela coordenadora de realizar reuniões, inicialmente com apoio de psicólogos, é considerada uma estratégia pedagógica adequada, já que estes profissionais poderiam auxiliar os professores na elaboração de planejamentos adequados a estes alunos. O psicólogo é fundamental neste processo, podendo contribuir na escola, auxiliando em planejamentos de estratégias.

Sabemos que realizar um trabalho pedagógico com uma criança indisciplinada é uma tarefa árdua, ainda mais quando o sujeito não está familiarizado com o contexto escolar. Mas é importante destacar que esta proposta em realizar reuniões com a equipe de profissionais da área psicológica e pedagógica se deu a partir das dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula com essas crianças, desta forma Chagas (2013) ressalta que alguns destes alunos já haviam sido encaminhando ao CAPSI. Desta forma, percebe que são enfrentados muitos desafios por parte dos professores com relação a estas crianças, e acabam tomando atitudes medicalizantes. Vê-se que nesta atitude anteriormente realizada não há uma análise sociocultural, do meio e das relações dos educandos, ou seja, não é observado o que pode estar ocasionado tais condutas, como a indisciplinada destes alunos. Desta forma, é proposta uma medida medicalizante, como intervenção médica.

Mas observa-se que a partir das propostas da instituição com apoio de equipe de psicólogos nas reuniões, demonstra que eles estão em uma tentativa de desresponsabilizar diante dos encaminhamentos realizados anteriormente em torno da escola. Em busca de novas alternativas que possam ajudar neste processo.

Sendo assim, concordamos com Chagas (2013, p. 105) que afirma que: “[...] cabe ao professor e a outros profissionais de educação pensar em diferentes fatores que atravessam as dificuldades escolares, não reproduzir discursos que medicalizam e inscrevem no organismo do aluno a causa de seus problemas.” Infelizmente, alguns profissionais, por não ter formação adequada para lidar com estas crianças, acabam se sentindo incapazes de prover estratégias que possam solucionar e contribuir com o desenvolvimento daquele aluno.

Então, podemos concluir que as situações expostas pela autora é uma forma de tentar intervir para efetivação do processo de inclusão destas crianças, demonstrado em muitas situações como uma preocupação. Isso nos leva a compreender o quanto é fundamental o processo de inclusão através da busca por medidas adequadas para o desenvolvimento dos educandos com dificuldades de aprendizagem, independente de qual seja ela.

Valéria de Sousa Ribeiro (2020) desenvolveu uma dissertação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para o Programa de Pós-graduação em Psicologia, com o título “O processo de produção e de enfrentamento do TDAH na escola”. O trabalho realizado teve como objetivo entender os processos de construção dos diagnósticos em torno das escolas, a partir de um estudo etnográfico em uma determinada escola no município de Uberlândia-MG. Ribeiro (2020) investigou em seu trabalho o saber médico e pedagógico no ambiente escolar, na qual envolve as crianças diagnosticadas, a família, e os conhecimentos por parte dos professores que contribuem para a não patologização.

A escola é fundamental no processo educativo das crianças, desta forma a queixa escolar é destacada como parte dos processos de ensino-aprendizagem por Ribeiro (2020). Segundo a autora, há uma grande preocupação em relação a não aprendizagem e ao desenvolvimento dos educandos, e por isso faz-se necessário que o aluno esteja em um papel de destaque no processo educativo, com professores preparados utilizando materiais e estratégias pedagógicas como forma de intervir no processo de construção de conhecimentos formativos e comportamentais (RIBEIRO, 2020). Concordamos com Meira (2012, p.138), segundo a qual destaca que:

[...] não se trata de esperar que as crianças naturalmente sejam atentas na escola, independente dos conteúdos, da qualidade do trabalho pedagógico e das necessidades e possibilidades do desenvolvimento infantil. É preciso que os

professores auxiliem cada criança a desenvolver cada vez mais a consciência e o controle sobre seu próprio comportamento de tal forma que ela possa propor-se, de modo intencional e deliberado, a focalizar sua atenção no processo de apropriação dos conteúdos escolares. (MEIRA, 2012, p. 138).

Vale ressaltar que os estímulos recebidos tanto da família quanto dos professores são fundamentais para gerar o interesse do aluno em desenvolver de modo intencional as atividades pedagógicas, a partir de sua própria consciência e autonomia. Assim deve haver uma mediação para que ocorra a aprendizagem, como afirma Meira (2012), é preciso de um auxílio para que este processo ocorra.

Infelizmente, nota-se que os educadores, principalmente das redes públicas, enfrentam problemáticas em sua atuação, com sobrecarga de trabalho, com baixos salários, que desvalorizam o trabalho pedagógico (RIBEIRO, 2020). A questão aqui não é tentar justificar o processo de medicalização da educação, mas sim, discutir as diversas situações e limitações contidas no âmbito educacional que também influenciam a patologização do fracasso escolar.

Para que um professor desenvolva o trabalho pedagógico esperado com as crianças com dificuldades de aprendizagem e hiperatividade, que são os sintomas mais destacados até aqui, é necessário que tenha conhecimentos científicos concretos e concludentes em relação ao desenvolvimento do aluno. O que ocorre é que quando um professor não sabe como ensinar um aluno, muitas vezes, acaba encaminhando-o para os serviços de saúde, como aponta Ribeiro (2020):

[...] estamos presenciando há tempos, e crescentemente, é a busca pela solução desses problemas fora da própria escola colocando a instituição escolar no papel da principal agente de “desencaminhamentos” dos seus alunos-problema para os mais diferentes serviços especializados de saúde. (RIBEIRO, 2020, p. 91).

Conforme destaca Ribeiro (2020), é possível relacionarmos o cenário vivenciado atualmente à medicalização dos processos educativos, em que os professores que não estão preparados para este grande quantitativo de crianças com dificuldades de concentração e foco em atividades regulares, acabam encaminhando estes alunos para os serviços de saúde. Desta forma, a busca pela solução dos problemas enfrentados nas diversas escolas do país acaba sendo feita pela via da medicalização, o que gera a rotulação dos alunos com dificuldades de aprender como anormais, com algum transtorno ou déficit de aprendizagem.

Nesse sentido, é importante ressaltar, como afirma Ipolito (2020, p.223), que:

[...] dificuldades de aprendizagem não são consideradas como intrínsecas à natureza do indivíduo, mas sim como resultado de múltiplos fatores que envolvem o processo educacional e a história do sujeito, também a avaliação psicológica deve ser

compreendida de forma ampla, abarcando todo o processo educativo. Com isso, retira-se a necessidade de classificação do sujeito que não aprende como portador de determinado distúrbio ou déficit, pois compreende-se que este tipo de intervenção acaba gerando apenas sua rotulação, bem como patologizando suas dificuldades de aprendizagem. (IPOLITO, 2020, p. 223).

Assim como Ipolito (2020), compreendemos que é importante que os educadores não desconsiderem o contexto social e familiar do sujeito, pois as dificuldades de aprendizagem dos alunos podem estar relacionadas a diversos fatores, que devem ser compreendidos de forma abrangente. Com isso, não estamos desconsiderando o fator biológico, que pode influenciar na forma de aprender do aluno. Outrossim, ressaltamos a necessidade de que as instituições escolares tenham o apoio de uma equipe multiprofissional, o que inclui o trabalho do psicólogo, que contribuirá para compreensão dos sujeitos envolvidos no processo educativo, contribuindo com o processo de ensino-aprendizagem.

Ribeiro (2020) questiona os saberes que invadem a instituição escolar, acrescentando que: “[...] a formação profissional (inicial e continuada) de médicos e psicólogos deveria contemplar a presença de referências e conhecimentos teóricos sobre como se dão os processos de aprendizagem [...]” (RIBEIRO, 2020, p.105). Contudo, para compreender o processo de ensino-aprendizagem, é necessário um fundamento psicológico (psicólogo não pode interferir nas metodologias de ensino). Por isso, acreditamos ser necessário o papel da Psicologia no contexto educacional, auxiliando na compreensão dos fatores relacionados aos fracassos escolares.

Percebe-se que a escola e os profissionais de Psicologia, juntos, têm um papel fundamental para contribuir no processo de enfrentamento do fenômeno do fracasso escolar. Desta forma, consideramos que este tipo de intervenção, na qual estas duas ciências se complementam, contribui para formação do sujeito, pois possibilita compreender os diversos fatores que envolvem as dificuldades de aprendizagem.

Em pesquisa realizada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sobre as atitudes de professores em relação aos alunos com epilepsia, TEA e TDAH, Ferro (2019) buscou conhecer a atuação de professores frente a esses transtornos, realizando uma análise de seus conhecimentos e formações para atuarem com esse público. Atualmente, muito se discute sobre os alunos com TDAH, e o papel do professor com relação à educação dada a eles. É possível compreender que o conhecimento do professor é um dos fatores considerados determinantes para aprendizagem do aluno que tem dificuldades e que apresenta a hiperatividade.

Concordamos com Colombani, Martins e Shimizu (2014), que afirmam que:

[...] na verdade, a instituição escolar no seu objetivo primordial nunca fracassou, uma vez que sempre desempenhou perfeitamente o papel para o qual foi incumbida: vigiar, apoiando seus conceitos numa forma padronizada de comportamento, para apontar aos diferentes a importância da ordem para o alcance do êxito. Destarte, o fracasso deixa de ser *escolar* e passa a ser *do escolar*, aquele que apresenta comportamento considerado desviante em relação ao padrão pré-estabelecido pela sociedade. (COLOMBANI; MARTINS; SHIMIZU, 2014, p. 199).

Segundo a perspectiva ressaltada pelos autores, há um equívoco no uso do termo escola, quando se remete ao fracasso. Desta forma, trata-se de destacar a forma como são vistas as dificuldades de aprendizagens que são do contexto escolar. Assim, sendo possível perceber cada vez mais a forte relação entre a educação e a saúde, caminhando lado a lado.

Além de realizar uma análise dos níveis de conhecimento apresentados pelos professores, Ferro (2019) investigou sobre as condições de saúde mental dos professores de alunos com TDAH. O professor da sala de aula enfrenta desafios diariamente com estes alunos, não sabendo intervir pedagogicamente de forma acessível com todos eles no processo de ensino-aprendizagem. Ferro (2019) concluiu que os professores não estão preparados para lidar com estas crianças, e ao tentar formas de intervir neste processo, acabam tomando atitudes inadequadas. A partir da pesquisa (FERRO, 2013) não foi observada uma diferença significativa nas condições de saúde mental destes professores. Os profissionais da educação estão precisando de um apoio para compreender os comportamentos apresentados por estes educandos, e conhecimentos sobre o transtorno, a fim de promover um processo de inclusão eficiente, respeitando as individualidades.

Desta forma, é importante destacar a “importância da formação profissional do professor, que deve estar preparado para a complexidade do processo educativo.” (IPOLITO, 2020, p.175). É notável que além de ser um transtorno com altos índices de diagnósticos, que consequentemente é remetido ao tratamento com medicamentos, é visto como um problema para os professores, pois torna dificultosa a sua prática profissional. Por isso, deve haver uma preparação para esta realidade que deve ser enfrentada de forma adequada, contribuindo para a aprendizagem do aluno independente de suas limitações e dificuldades, a partir da inclusão.

Ferro (2019) afirma que, no contexto da inclusão escolar, a qualidade do trabalho do professor com seus alunos são considerados importantíssimos, mas nota-se que enfrentam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. É notório que o ensino inclusivo necessita de conhecimentos de acordo com a necessidade de cada aluno, mas infelizmente é algo que se encontra como um desafio a estes profissionais, por falta de capacitações por docentes preparados, e até mesmo pela grande demanda na atuação.

De acordo com a pesquisa de Ferro (2015, p.55): “[...] 70% dos participantes consideraram também o TDAH como resultado de uma educação familiar muito severa ou muito negligente.” Observa-se que há um número considerado elevado de professores que levantam a hipótese de que os sintomas de TDAH ocorrem em decorrência da formação familiar da criança. Entendemos que essa concepção é preconceituosa, e nossa hipótese para que esse fato ocorra é a associação de comportamentos semelhantes à desobediência ao transtorno, ainda mais quando se remete a hiperatividade e desatenção, podendo ser considerado como teimosia, ou até mesmo falta de limites impostos pelos pais/responsáveis.

De acordo com Ricci e Lucena (2014) é preciso conhecer o contexto histórico, social e familiar do aluno para entender como os comportamentos que são apresentados. E por isso é preciso conhecer o sujeito em sua totalidade, e não se apegar em fontes de conhecimentos do senso comum, analisando os comportamentos dos alunos, levando em consideração os diversos aspectos e fatores que podem estar influenciando tais condutas e ações, vistas como impulsivas.

A partir do trabalho realizado por Ferro (2019), pode-se analisar que as diversas atitudes com relação à realidade dos alunos e suas diversidades são desfavoráveis, tendo em vista que os professores têm um melhor nível de conhecimento acerca dos sintomas do que em relação às intervenções e ações que devem ser utilizadas para o desempenho escolar dos mesmos.

Outro trabalho analisado foi o de Mello (2016), que desenvolveu um estudo etnográfico a partir de dois casos de crianças com diagnósticos de TDAH. O objetivo foi analisar a compreensão dos alunos com relação ao diagnóstico, e os efeitos da classificação do transtorno na aprendizagem e suas relações no âmbito escolar. A partir dos estudos com esses educandos, certificou-se das estratégias utilizadas para um melhor resultado na aprendizagem e interação social (MELLO, 2016).

Conforme destaca Mello (2016) a partir dos resultados de sua pesquisa, as duas crianças com diagnóstico de TDAH investigadas reconhecem, de acordo com suas condutas recorrentes de hiperatividade, o diagnóstico, concordando com o mesmo. Vê-se explicitamente que a questão da dificuldade de aprendizagem e a desatenção não são vistas como um sintoma por eles, ou seja, são mais questionados pelo seu comportamento considerado inadequado.

É importante destacar a rotulação das crianças por parte dos próprios professores e familiares, que muitas vezes se apegam ao laudo, e o coloca à frente de qualquer situação. Além disso, Colombani, Martins e Shimizu (2014, p. 198) concordam que “[...] a

classificação altera o comportamento e a percepção sobre si, ressaltando um conjunto de sintomas que antes não existia, levando o indivíduo a uma identificação com a doença, apropriando-se dela.” Ou seja, o diagnóstico acaba prejudicando o aluno, pois acabam se identificando com algo que é considerado um problema. Além disso, Mello (2016) aponta que um mau comportamento é considerado uma doença pelas crianças pesquisadas. Realmente, é possível que a criança se aproprie dessa concepção e comece a se limitar, principalmente na aprendizagem, por se sentir incapaz.

Conforme Mello (2016), o professor entrevistado ressaltou que não utiliza nenhum tipo de intervenção com relação a estes alunos, e que só aplica metodologias diferentes em casos específicos, como quando o aluno não está alfabetizado, ou seja, atrasado em relação à turma. Se o aluno com TDAH apresenta sintomas persistentes de desatenção, hiperatividade/impulsividade e dificuldades de aprendizagem, não é possível incluí-los no contexto escolar sem um tipo de adaptação pensada diretamente em sua individualidade, adequando-se ao seu contexto social. Então nota-se que os professores trabalham sem um planejamento individual, desta forma, o aluno é completamente excluído, até porque o próprio diagnóstico já os rotula, e desta forma podem apresentar dificuldades de interação. Espera-se que esses alunos normatizem suas condutas, que se adaptem ao cotidiano escolar, que se tornem disciplinados e que comecem a aprender em um ritmo progressivo. Destaca-se que é importante que os profissionais criem estratégias para auxiliar na aprendizagem destas crianças, possibilitando também que elas possam interagir nos momentos de diversão proporcionado a elas.

José Júnior Pereira Araújo (2022) realizou uma pesquisa de campo no estado do Acre, pela Universidade Federal do Acre (UFAC), com o objetivo de analisar a regulamentação da lei 3.112/2015 de inclusão criada pelo próprio estado, com relação ao atendimento escolar para alunos com TDAH.

Como vimos no capítulo anterior sobre as políticas públicas de inclusão, foi sancionada em dezembro de 2021 a lei nº 14254, que dispõem sobre o acompanhamento integral para alunos com TDAH. Mas como podemos observar a partir da pesquisa desenvolvida por Araújo (2022), o estado do Acre já havia pensado em ações inclusivas para atender as necessidades dos alunos com TDAH, com a promulgação da lei estadual nº 3.112/2015. Por isso, o autor investiga, a partir de uma pesquisa de campo, se realmente está legislação estava vigente nas escolas públicas na cidade de Rio Branco-AC.

De acordo com a pesquisa, conclui-se que apesar da lei ter sido sancionada há seis anos, não é efetivada nas escolas para os alunos com TDAH que precisam deste apoio educacional (ARAÚJO, 2022). Vê-se nitidamente a invisibilidade do educando em algumas

escolas e compreendemos que as políticas públicas não são postas em prática como deveria. Isso porque, existem muitas lacunas neste processo, o que acaba prejudicando o próprio educando que necessita desta inclusão e de garantias que possam assegurar um processo de ensino-aprendizagem inclusivo, com intervenções pedagógicas a seu favor.

Desta forma, mediante a identificação do aluno, o professor deve pensar em estratégias que estimulem a aprendizagem da criança com metodologias diferentes, que contribuam para o interesse do educando, trabalhando sempre o que chama a atenção e o foco dele. Sendo assim, Araújo (2022) salienta que essas crianças têm uma área de conhecimento em específico na qual têm mais interesse, podendo envolver aspectos relacionados à escola ou não. Mesmo que o assunto não faça parte de uma proposta curricular da escola, o professor tende a criar estratégias estimulantes a partir do que ele gosta. Contudo, sabemos que “[...] no contexto escolar, as próprias práticas pedagógicas, centradas em atividades mecânicas e fora de contexto, tendem a gerar situações de distanciamento, produzindo sinais de ‘desatenção’ e ‘hiperatividade’.” (SIGNOR, 2013 p. 30. Grifos do autor).

Face ao exposto, Araújo (2022 p. 60) destaca que: “[...] é fundamental que a escola e o professor orientem também os familiares destes educandos, para que possam também compreender sobre o transtorno, sobre como podem lidar com a criança [...]”. Essa junção entre a escola e a família é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Desta forma os professores e os demais profissionais da rede poderão contribuir para formação de pais sobre o que é o TDAH e quais as atitudes e demandas que podem ser realizadas em casa. Essa conduta deve ser posta em prática porque “[...] o professor, a equipe pedagógica e de saúde como também os pais, praticam uma conduta estigmatizante diante da queixa escolar, deixando a criança submissa a uma imposição diagnóstica que controla e a enquadra a uma patologia [...]” (COLOMBANI; MARTINS; SHIMIZU, 2014, p. 205). Como podemos analisar, tanto os profissionais quanto os responsáveis pela criança, frequentemente, têm um olhar negativo com relação à criança diagnosticada, assim o próprio sujeito é culpado pelas suas incapacidades. Isso acontece, muitas das vezes, por falta de conhecimento de ambos, o que os impede de ajuda-la.

A partir dos dados obtidos por Araújo (2022, p. 141), notou-se que “desde 2018 não há cursos específicos para os profissionais de educação sobre o TDAH.” É impossível colocar em prática ações nas quais os próprios professores não têm formação suficiente para aplicá-las. Vê-se que o problema não é somente do professor que medicaliza o indivíduo, mas das próprias políticas educacionais, que não priorizam esses problemas que são enfrentados atualmente pelas escolas do Brasil.

Com isso foi possível analisar que a lei de inclusão implantada no estado do Acre para as crianças com TDAH, com objetivo de garantir sua escolarização, não estava sendo executada nas escolas (ARAÚJO, 2022). Araújo (2022) concluiu que este transtorno é considerado invisível para algumas instituições escolares. Há uma despreocupação com o indivíduo, pensando em todos de forma homogênea, sem considerar a diversidade dos alunos.

A formação e conhecimentos adquiridos pelos professores e pais/responsáveis são medidas importantes para promover o desenvolvimento do educando, de forma que não seja estigmatizante e medicalizante, desta forma havendo compreensão adequada sobre formas de tratamentos que não seja farmacológicos. Logo, o sucesso escolar de alunos com TDAH depende de diversos fatores que influenciam no seu processo de ensino-aprendizagem, que vão além da necessidade de haver leis e políticas públicas voltadas para inclusão, pois, muitas vezes, não são aplicadas pelas escolas.

Um fator preocupante acerca da desinformação sobre o TDAH das famílias responsáveis pela criança e dos professores é a patologização das dificuldades de aprendizagem e o consequente encaminhamento desta aos serviços de saúde, resultando no seu tratamento medicamentoso.

Nesse sentido, uma das pesquisas analisadas, realizada por Lenzi (2015), buscou investigar a opinião dos pais e professores sobre o uso do medicamento Ritalina para o tratamento de crianças diagnosticadas com TDAH. Este medicamento atualmente é muito utilizado pelos pacientes, pois é prescrito pelos médicos, já que é considerado fundamental no tratamento do TDAH, além de ser esperado como intervenção médica realizada a partir dos encaminhamentos realizados pelas instituições escolares para os serviços de saúde.

No entanto, é importante ressaltar que, os pacientes que consomem a Ritalina podem apresentar diversos efeitos colaterais, a curto ou em longo prazo de uso. Isso se deve ao fato de que: “Trata-se do metilfenidato, do grupo das anfetaminas, que atua como um estimulante do sistema nervoso central, potencializando a ação de duas substâncias cerebrais: a noradrenalina e a dopamina”. (MEIRA, 2012, p. 138)

Este medicamento age diretamente no cérebro humano e causa diversos efeitos colaterais desagradáveis. No entanto, nota-se que houve um aumento descontrolado de seu consumo, e inferimos que este se deve ao grande número de diagnósticos de TDAH, pois sendo considerado a partir da perspectiva neurobiológica, resulta na indicação de tratamento medicamentoso.

Na pesquisa realizada por Lenzi (2015) com pais/responsáveis e professores, é perceptível que a maioria dos casos diagnosticados com TDAH é identificado a partir de

queixas comportamentais e de dificuldades de aprendizagem no contexto escolar. De fato, como apontam Viégas e Oliveira (2014 p. 43): “[...] surgem supostos transtornos para explicar a dificuldade de aprendizagem e/ou de comportamento na escola nos quais detecta o TDAH, crescente em diagnósticos em nível mundial”. Tais argumentos nos levam a analisar a medicalização como uma visão de mundo, ou seja, a partir dessa perspectiva compreende-se o comportamento e a dificuldade de aprendizagem como resultados de transtornos.

Desta forma, é acrescentado por Lenzi (2015):

[...] além da queixa sobre o comportamento da criança surgir, na maioria dos casos, na escola, essa é a principal responsável pelo encaminhamento ao neuropediatra de forma direta, através de orientações verbais e também por escrito aos pais, que acabam se sentindo na obrigação de levar os filhos para consultas com especialistas. (LENZI, 2015, p. 78)

Estas queixas do comportamento são, inicialmente, um problema enfrentado pela escola, a qual procura a família, ou até mesmo apoio clínico para resolução da situação. Quando a reclamação é feita aos pais, são orientados a procurar ajuda dos especialistas, para investigar a causa das diversas queixas feitas pelos professores sobre o comportamento de seus filhos. Desta forma, sabemos que os diagnósticos estão sendo construídos a partir das queixas e por influência dos profissionais da educação aos médicos. Sendo assim Colombani, Martins e Shimizu (2014, p.197) concordam que:

A opinião do professor é um fator influenciador no diagnóstico médico, visto que, não havendo a disponibilidade de exames que possam certificar o transtorno, os profissionais avaliam a criança por intermédio de questionários que são aplicados no âmbito clínico, durante a consulta médica e/ou psicológica levando em consideração as verbalizações da família e as reações momentâneas da criança. (MARTINS; SHIMIZU, 2014, p.197)

Por isso, a escola e os profissionais que fazem parte dela têm um papel relevante na forma como são realizados os diagnósticos, pois influenciam tanto os pais a procurarem apoio especializado, quanto os encaminhamentos feitos para os serviços de saúde. Sendo assim, o foco acaba sendo somente a criança e seu organismo, desconsiderando os múltiplos fatores que envolvem a produção dos sintomas de TDAH. Por isso, como orienta Lenzi (2015, p. 79): “[...] quando a criança chega ao serviço de saúde por encaminhamento da escola, é importante que o médico procure conhecer a situação concreta da criança e sua família [...]”. Nesse sentido, nota-se a necessidade de estudar mais a criança, analisando todos os contextos dos quais ela faz parte e não somente o âmbito escolar, para que possamos superar a recorrente medicalização da educação.

É possível perceber claramente a questão da medicalização das crianças, e de como este processo acaba excluindo as crianças do processo de ensino-aprendizagem, além de prejudicar sua vida social (LINZI, 2015). Segundo Colombani, Martins e Shimizu (2014, p. 200): “Isso ocorre sob as lentes de uma pedagogia submissa à ciência médica e de uma medicina guiada pela psiquiatria biológica, a qual individualiza a criança e retira a responsabilidade do sistema educacional”. Estas críticas referentes à educação é um dos problemas enfrentados a partir a incompreensão dos profissionais, a perspectiva médica acaba dominando este espaço dentro do contexto escolar.

Desta forma, o intuito aqui não é atribuir a responsabilidade pela medicalização da educação apenas às intuições escolares, e nem mesmo aos professores. Isso ocorre, muitas vezes, devido aos profissionais da educação não saberem lidar com essas crianças do contexto atual, em que suas vidas sociais são totalmente diferentes das que viviam anos atrás, quando o acesso à tecnologia ainda era limitado. E ainda, como aponta Lenzi (2015, p.121): “[...] o novo perfil da criança na contemporaneidade também é um desafio no âmbito das famílias que, muitas vezes, não sabem como lidar com a educação dos filhos.” Desta forma, a educação está sujeita a ensinar as crianças de acordo com suas diferenças individuais, sendo um trabalho minucioso e complexo, sendo visto como um problema quando se pensa nas escolas públicas do nosso país.

A medicalização do processo educacional é considerada estigmatizante, na qual a criança que não segue um padrão exigido pela sociedade está sujeita a passar por procedimentos médicos que a patologiza e a rotula. Assim a maioria dos pais ou responsáveis e professores acreditam que estes remédios possam contribuir para o desempenho do sujeito, tornando-se uma conduta ou meio de intervenção eficaz. Seguindo esta perspectiva, as situações enfrentadas acabam sendo analisadas pela ótica da medicalização.

Compreendemos, então, que o TDAH é uma temática que tem diversas explorações e argumentos, mas não há nada evidente, por haver diversas correntes de conhecimento ainda muito controversas. Que este transtorno, afeta o processo de ensino-aprendizagem da criança é explícito, mas há diversas dificuldades enfrentadas pelas instituições escolares e professores com relação ao processo de formação dos alunos, por enfrentar dificuldades em elaborar estratégias eficazes para auxiliá-los.

Foi desenvolvido, pela Universidade Estadual Paulista, pelo discente de medicina Flávio Rodrigues de Almeida (2020), um manual com orientações para os pais e professores das crianças com TDAH. A partir do que é exposto pelo autor da dissertação, este manual

pode contribuir para a identificação de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (ALMEIDA, 2020).

Almeida (2020, p. 7) afirma que: “A nomenclatura desta patologia vem sofrendo alterações contínuas”. Neste registro do autor já se pode perceber que este transtorno é considerado uma doença, uma perspectiva contrária da que defendemos ao logo deste trabalho. O fenômeno de patologização das dificuldades de aprendizagem não é de hoje, já que é uma forma de mascarar a responsabilidade do Estado, que não investe em educação, como uma das causas das dificuldades de aprender dos alunos. Conforme Ricci e Lucena (2014, p. 334): “A transformação de problemas sociais em questões individuais caracterizadas por patologias pertencentes a *este* ou *aquela* ser, não é um fenômeno de hoje.” (RICCI; LUCENA, 2014, p. 334).

Com relação aos tratamentos medicamentosos, Almeida (2020) destaca que: “Atualmente, no Brasil, disponibiliza-se várias medicações comprovadamente eficazes no controle da atividade da doença, que promovem a melhora da atenção e hiperatividade.” (ALMEIDA, 2020, p. 9). Um dos principais medicamentos utilizados para o tratamento do TDAH é o Metilfenidato, sendo, com isso, um dos mais vendidos no nosso país (ALMEIDA, 2020). Apesar disso, há pesquisadores que questionam a sua eficácia, como Viégas e Oliveira (2014, p.52): “[...] a eficácia do medicamento é posta em suspeição pela própria bula, isso não se repete na lista de reações adversas, que são reais e concretas”. Com relação à abordagem feita por Almeida (2020), entendemos ser duvidosa, pois não considera os efeitos colaterais e nem que eficácia não é garantida na própria bula do medicamento.

Com os resultados da pesquisa de Almeida (2020), destaca-se como orientação aos professores que: “O desenvolvimento das tarefas do educador, possui impacto extremo acerca do comportamento na sala de aula e do desempenho acadêmico dos alunos com TDAH.” (ALMEIDA, 2020, p.30). Desta forma, percebe-se que a abordagem de Almeida (2020) não é totalmente medicalizante, são realizadas propostas que contribuem para a aprendizagem do aluno. Além disso, concordamos que o trabalho do professor em sala de aula com uma criança com transtorno não é fácil e, assim como expressa o autor, há um considerável impacto do trabalho docente no desempenho dos alunos.

Com relação às orientações aos pais, Almeida (2020) relata que buscou formas de contribuir para que as crianças com TDAH se tornem independentes. Sendo assim, propõe que: “Os pais devem aprender a ter maior postura com referência às normas, além de assimilar as técnicas para o controle das atitudes opositivas, normalmente manifestados por crianças com TDAH” (ALMEIDA, 2020, p. 32). Desta forma, analisa-se que os responsáveis

pela criança têm um papel fundamental na educação do seu comportamento e no desenvolvimento da sua capacidade de controlar as próprias atitudes.

A partir das análises dos textos estudados e discutidos neste capítulo, percebemos que tanto os educandos com TDAH como seus professores enfrentam diversos desafios com relação ao processo de ensino-aprendizagem, mesmo com as políticas educacionais de inclusão que, muitas vezes, não são colocadas em prática. Obviamente há a necessidade de ações voltadas para efetivação da inclusão, sendo necessário o desenvolvimento do conhecimento sobre este fenômeno histórico e social.

Infelizmente percebemos que algumas entidades se aproveitam das situações enfrentadas atualmente como a prescrição de medicamentos para o tratamento do TDAH, na qual é considerado um dos medicamentos mais vendidos hoje no Brasil. Isso significa que as indústrias farmacêuticas estão sendo favorecidas com a venda de um medicamento que na realidade não tem sua eficácia comprovada para pessoas com TDAH, incluindo os efeitos colaterais adversos para quem o consome, pois afeta diretamente o sistema nervoso central. Desta forma, podemos refletir sobre os bilhões de reais que as indústrias lucraram, pois com o aumento quantitativo de crianças diagnosticadas nos últimos anos, o crescimento do lucro também é substancial. Por isso, questiona-se a influência destas indústrias nos diagnósticos e para quem realmente este remédio trouxe benefícios.

Temos duas perspectivas contrárias em que se refere à educação e saúde, mas que se unem em busca de soluções, mas a perspectiva médica torna-se questionável com relação ao transtorno, pois é baseado em uma patologia. Mas durante a análise da pesquisa pudemos observar que entre relação à educação e psicologia apresenta resultados positivos, sendo assim considerada uma intervenção adequada. Concordamos que essa junção caminha na mesma linha de raciocínio, complementando uma a outra como no processo de ensino-aprendizagem de crianças com TDAH. Desta forma com o intuito de contribuir com os pais e profissionais da educação foi analisado um trabalho que nos orientam sobre esses sujeitos, nos possibilitando uma compreensão objetiva e crítica a partir do material.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou, a partir de uma investigação bibliográfica, investigar quais as práticas pedagógicas adequadas para o desenvolvimento educacional dos alunos com TDAH. A realização desta pesquisa possibilitou uma análise teórica sobre um dos transtornos que, atualmente, tem sido muito discutido por profissionais de diversas áreas, e também pela sociedade contemporânea. No âmbito acadêmico, verifica-se que há um debate em torno da contradição de opiniões entre pesquisadores, em que uns acreditam ser o TDAH um transtorno neurobiológico e outros defendem a sua inexistência, devido a relação observada entre o crescimento da lucratividade das indústrias farmacêuticas em consonância com o aumento dos diagnósticos.

Deste modo, a problemática que motivou este estudo foi conhecer quais práticas pedagógicas vêm sendo utilizadas pelos profissionais da educação com relação às crianças com TDAH. Os resultados nos indicaram que os docentes, frequentemente, tendem a patologizar as dificuldades de aprendizagem ao encaminhar as crianças para os serviços de saúde (COLOMBANI; MARTINS; SHIMIZU (2014), RICCI; LUCENA, (2014), MEIRA (2012), VIÉGAS; OLIVEIRA (2014). No entanto, alguns vêm buscando soluções adequadas para o ensino dessas crianças com dificuldades de aprender, como demonstrou a pesquisa de Chagas (2013).

Desta forma compreendeu-se que há diversas práticas que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem destes alunos. Sendo assim, pode-se perceber que o papel do professor é fundamental para que o aluno com dificuldades de aprender possa obter êxito no processo educativo.

A dificuldade de aprendizagem é muito recorrente atualmente nas escolas. Os fatores que produzem este fenômeno são variados: desde a precária estrutura das escolas até a falta de formação adequada dos educadores. Por isso, a necessidade do profissional saber como ensinar um aluno a partir de métodos pedagógicos variados, ciente de que cada criança aprende de um modo e em tempos diversos. Com isso, evitariam-se práticas medicalizantes no ambiente escolar.

Logo, para que o corpo docente possa atender as necessidades das crianças é preciso conhecê-las individualmente, analisando seu contexto social, bem como seus comportamentos diante dos diversos fenômenos e situações. Além disso, ressaltamos a importância da conexão entre a psicologia e a educação, que podem trabalhar juntas em prol do progresso do educando, através do questionamento de práticas medicalizantes, e construindo novas formas

de intervenção, que considerem os múltiplos fatores que envolvem o processo de aprendizagem.

Em busca de compreender os conceitos de TDAH, realizamos uma análise bibliográfica, a partir do contexto histórico de sua origem. Desta forma, foi possível constatar que este transtorno já existia há muitos anos, pois seus sintomas sempre estiveram presentes no contexto escolar. Historicamente, o TDAH foi visto como uma doença, ou até mesmo como resultado de uma anormalidade cerebral, que impedia a criança de se desenvolver. Atualmente, nota-se que a dificuldade de aprendizagem ainda é a principal preocupação da escola e do professor, mas quando associada à hiperatividade e à desatenção do aluno é, frequentemente, tratada como uma patologia, o que leva os professores a encaminharem as crianças para avaliação médica.

Com a análise realizada foi possível perceber que mesmo com anos de estudos científicos acerca do TDAH, não teve respostas conclusivas, pois ainda há muitas divergências entre os profissionais e estudiosos com relação ao transtorno. Há uma discussão em torno dos inúmeros diagnósticos a respeito das contradições que há entre as causas e a existência do TDAH, bem como acerca dos tipos de tratamentos, em que são prescritos medicamentos com efeitos colaterais que acabam prejudicando as crianças em alguns casos.

Além disso, analisamos o processo de ensino-aprendizagem de crianças com TDAH que era realizado a partir de práticas pedagógicas de inclusão, as quais eram pensadas considerando a especificidade do sujeito e do seu contexto social.

Percebe-se, através das pesquisas analisadas, que ainda há muitas práticas medicalizantes. Apesar disso, vimos que algumas escolas buscam por atividades que envolvem diretamente este educando, e que desempenham práticas consideradas acessíveis também. Mas não deixando de destacar também que houve muitas práticas desfavoráveis, mas não por culpa dos professores, mas por falta de capacitação, especialização e falta de apoio psicológico para ajudar a entender o comportamento das crianças e trabalhar com metodologias a partir desta perspectiva.

Devido à recorrência de crianças com dificuldades de aprendizagem ser frequente nas escolas na atualidade, consideramos necessário haver um atendimento especializado, que contribua para o desenvolvimento da criança. Desta forma, é necessária uma reorganização de práticas, com planejamentos de acordo com a realidade do educando, pois sabemos que o contexto social está em constante mudança e, com isso, as crianças tendem a evoluir de acordo com a realidade cotidiana.

As atividades estratégicas utilizadas em sala de aula de forma diferenciada, singularizadas, auxiliam o aluno em suas necessidades. No entanto, é importante destacar a questão do rótulo de crianças diagnosticadas com TDAH, que pode prejudicar o desempenho escolar, pois as crianças diagnosticadas acabam sofrendo exclusão a partir de um rótulo de hiperativa, com dificuldades de aprendizagem e com falta de atenção. Isso ocorre pois o aluno acaba se apoderando destes sintomas e age como se é esperado.

Além da discussão sobre a necessidade de se evitar o encaminhamento como prática medicalizante do processo de aprendizagem, discutido ao longo do texto, está a relação entre saúde e educação, que deve ser questionadora de práticas que envolvem tratamento medicamentoso, priorizando a intervenção com metodologias estratégicas no âmbito pedagógico.

As queixas escolares são consideradas um fator relevante para o diagnóstico do aluno com TDAH, e por isso o professor e a escola podem contribuir para esta identificação, mas sem classificá-lo, como foi visto durante a investigação teórica. O que poderá contribuir para o processo de ensino-aprendizagem do aluno é compreender que este pode ser lento e que cada educando possui sua própria individualidade e seu próprio tempo. É preciso planejar de acordo com a especificidade de cada aluno, envolvendo atividades que possam contribuir para o desenvolvimento da atenção, buscando metodologias diferentes, adaptando ao que ele goste, pois a escola deve-se adaptar a ele e não ao contrário.

Destacamos aqui a importância da pesquisa desenvolvida para refletirmos sobre o ensino ofertado às crianças com diagnóstico de TDAH na atualidade. Além disso, esperamos que este trabalho contribua para reflexão sobre a atuação profissional de professores, o papel da escola com relação às crianças com dificuldades de aprendizagem, e sobre os diversos números de diagnósticos de crianças identificadas com TDAH que cresce a cada ano.

REFERÊNCIAS

- ABDA. Associação Brasileira do Déficit de Atenção. **Algumas estratégias pedagógicas para alunos com TDAH**. Publicado em 20 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/> Acesso em: 26 de junho de 2023 às 14h:14min.
- ALMEIDA, Flávio Rodrigues. **Manual de orientações para pais e professores de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade**. 2020. 39 f. Dissertação (Mestrado Profissional Associado à Residência Médica). Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina de Botucatu- UNESP, Universidade Estadual Paulista. Botucatu-SP, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9735104 Acesso em: 26 jun. 2023 14h30min.
- ARAÚJO, José Júnior Pereira. **A regulamentação do atendimento de alunos Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na perspectiva da inclusão escolar em Rio Branco/Acre**. 2022. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal do Acre. Rio Branco-AC, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11959312 Acesso em: 26 jun. 2023 18h:03min.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094, 2007**. Plano de metas compromisso todos pela educação. Planalto. Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm Acesso em: 13 mai. 2023 15h:15min.
- BRASIL. **Decreto nº 6571**. Instituto paradigma. Brasília, 17 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/gestao-publica-decreto-no-6-571-atendimento-educacional-especializado/> Acesso em: 13 mai. 2023 15h: 30min.
- BRASIL. **Lei nº 14. 254**. Brasília, 30 de novembro de 2021; 200ª da independência e 133ª da republica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14254-30-novembro-2021-792022-norma-pl.html#:~:text=EMENTA%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20acompanhamento,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem.> Acesso em: 13 mai. 2023 15h:19min.
- CHAGAS, Beatriz da Silva. **Novo transtorno, velho problema: a identificação do TDAH pelo olhar do professor**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em ciências Humanas e Saúde). Centro Biomédico, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, 2013. Disponível em: <file:///E:/textos%20para%20segunda%20parte%20tcc/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Beatriz%20vers%C3%A3o%20final.pdf> Acesso em: 26 jun. 2023 18h:11min.
- COLOMBANI, Fabiola; MARTINS, Raul Aragão; SHIMIZU, Alessandra de Moraes. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: a medicalização e a coação no desenvolvimento moral. **Estudos sobre educação** p. 193-2010, Presidente Prudente-SP 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2724-Texto%20do%20Artigo-8497-8857-10-20140731.pdf> Acesso em: 26 jun. 2023 18h:08min.

FERRO, Thaís Pilon. **Atitudes de professores em relação aos alunos com Epilepsia, TEA, e TDAH: relações entre conhecimento, percepção e saúde mental.** 2019. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Programa de Pós-Graduação Fisiopatologia Médica, Universidade Estadual de Campinas. Campinas- SP, 2019. Disponível em:

file:///E:/textos%20para%20segunda%20parte%20tcc/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20P%C3%B3s-Banca.pdf Acesso em: 26 jun. 2023 18h:30min.

GALLO, Reijane Cristina Schaffer. **Guia de práticas pedagógicas para atender estudantes com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade no ensino fundamental I.** UFF- Universidade Federal Fluminense instituto de Biologia. Niterói 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/699369/2/Guia%20de%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica%20para%20profissionais%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 23 fev. 2023 20h:23min.

IPOSITO, Juliana Chicota. **Os sentidos pessoais e os significados sociais da aprendizagem e das dificuldades de aprendizagem na formação inicial de professores: uma análise dos cursos de Pedagogia da UFT e da USP.** 2020. 473 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar do desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2020. Disponível em:

file:///E:/textos%20para%20tcc%20sobre%20tdah/Vers%C3%A3o%20Final%20-%20ULTIMA%20-%20para%20entrega.pdf Acesso em: 10 jun. 2023 14h:08min.

LEITE, Hilusca Alves; REBELLO, Marilene Proença. **O desenvolvimento da Atenção como objeto de estudo: Contribuições do enfoque histórico-cultural.** Estudos sobre educação v.25, n.1, p.59-77. Presidente Prudente- SP, 2014. Disponível em:

file:///E:/textos%20para%20tcc%20sobre%20tdah/desenvolvimento%20aten%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em 26 jun. 2023 18h: 29min.

LENZI, Cristiana Roth de Moraes. **O milagre da Ritalina: o que dizem pais e professores de crianças diagnosticadas com TDAH.** 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da educação, artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau-SC, 2015. Disponível:

file:///E:/textos%20para%20segunda%20parte%20tcc/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20P%C3%B3s-Banca.pdf Acesso em: 29 mai. 2023 17h:15min.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 /American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. et al. revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em:

<https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf> Acesso em: 18 Abr. 2023 06h:18min.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. **Para uma crítica da medicalização na educação.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012: 135-142. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/Fbgwty4bzXgVTcdqwjFQNHK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 11 de junho de 2023 às 18h:14min.

MELLO, Fernanda Aparecida de. **Crianças com o diagnóstico de Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na escola.** 2016. Dissertação (Trabalho de conclusão de curso em educação) - Programa educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Chapecó- SC, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4943810 Acesso em 26 jun. 2023 18h:36min.

RIBEIRO, Valéria de Souza. **O processo de produção e de enfrentamento do TDAH na escola**. 2020. 2015 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2020. Disponível em:

file:///E:/textos%20para%20segunda%20parte%20tcc/Val%C3%A9ria%20de%20Souza%20Ribeiro.%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em 28 mai. 2023 08h:23min.

RICCI, Paulo Sérgio Pereira. LUCENA. Jéssica Elise Echs. **A exclusão dos “incluídos”- Em defesa da educação da necessidade de resistência a patologização dos processos de ensino!** Estudos sobre educação, Presidente Prudente -SP. V. 25, n.1, p.333-338. 2014.

Disponível em:

file:///E:/textos%20para%20tcc%20sobre%20tdah/medicaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 26 jun. 2023 18h:30min.

SIGNOR, Rita de Cassia Fernandes. **O sentido do diagnóstico de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade para a constituição do sujeito/aprendiz**. UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2013. Disponível em:

file:///E:/textos%20para%20tcc%20sobre%20tdah/TDAH%202.pdf Acesso em: 18 abr. 2023 07h:03min.

VIÉGAS, Lygia de Sousa. OLIVEIRA, Ariane Rocha Felício de Oliveira. **TDAH: Conceitos Vagos, Existência duvidosa**. Estudos sobre educação, Presidente Prudente-SP 2014, p.39-58.

Disponível em:

file:///c:/users/cliente/downloads/2736-texto%20do%20artigo-8479-8839-10-20140731.pdf Acesso em: 18 fev. 2023 15h:20min.